

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

O GUARDIÃO DA MEMÓRIA

Mara Publio de Souza Veiga Jardim

Orientador: Dr. Roque de Barros Laraia

Dissertação de Mestrado

Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural

Área de Concentração: Antropologia

GOIÂNIA

2004

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

O GUARDIÃO DA MEMÓRIA

Mara Publio de Souza Veiga Jardim

Orientador: Dr. Roque de Barros Laraia

Dissertação de Mestrado

Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural

Área de Concentração: Antropologia

GOIÂNIA

2004

J37g Jardim, Mara Públio de Souza Veiga
O Guardião da Memória. / Mara Públio de Souza Veiga Jardim. – Goiânia,
2004.
100p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia,
Universidade Católica de Goiás, 2004.

1. Patrimônio cultural. 2. Paz, Alberto da, 1920 –. 3. História oral –
Goiás.
4. Santa Cruz de Goiás-GO. I. Título.

MARA PÚBLIO DE SOUZA VEIGA JARDIM

O GUARDIÃO DA MEMÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica de Goiás como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Gestão do Patrimônio Cultural, sob a orientação do
Prof. Dr. Roque de Barros Laraia.

GOIÂNIA-GO, ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Roque de Barros Laraia	_____	
Nome	Assinatura	U.C.G.
Maurides B. Macedo F. Oliveira	_____	_____
Nome	Assinatura	U.C.G.
Mari de Nasaré Baiocchi	_____	_____
Nome	Assinatura	U.C.G.

Este trabalho é dedicado a um amigo muito especial
e ainda que o tema e a homenagem se confundam,
quero dizer da minha estima e admiração por você,
meu querido mestre Alberto da Paz.

Agradeço aos meus filhos Gustavo, Thiago e Flávio,
que ficaram de longe espiando o meu mundo paralelo
e ao Paulo César, "parceiro e amigo querido,
que já viajou tantas canções comigo ..."

Agradeço a minha mãe, Armênia Pinto de Souza, que me ensinou a ouvir histórias
e a minha irmã Niomar de Souza Pereira, que foi com quem esta história começou.

Às amigas novas e para sempre – Simone Webe de Lima e Uliana Duarte Alves.

A Alberto Araújo, sempre presente a tempo e a hora.

Agradeço aos professores que foram especiais neste momento:

Célia Corsino, Heliane Prudente Nunes,

Manuel Ferreira Lima Filho, Maurinha B. Macedo F. Oliveira

e à Letícia de Souza Moreira, secretária do Mestrado.
Agradeço de modo especial ao Professor Roque Laraia,
que entendeu e perdoou meus atrasos, confiando na realização do trabalho.
Agradeço a generosidade dos que partilharam comigo seu amor por Santa Cruz:
Iedo Ranulfo Lobo, Jacy Siqueira, Nice Serradourada, Rogério Ranulfo.
Agradeceria, se pudesse, a Públio de Souza, meu pai,
que me deixou de herança a amizade por Alberto da Paz
e aos que serão sempre companheiros nas festas do Divino:
Benedito Santa Bárbara, Liberato, Lourdinha, Tuca,
seu Joaquim Rodrigues Alves e Dona Lourdes,
e Gernot Stiegler, o amigo “astrico”.
Alarico de Toledo Piza, obrigada por me lembrar o segredo de escrever a lápis.
Agradeço também a quem me fez um dia ir (e voltar) a Santa Cruz,
Marcelo Fernando Ranulfo.

La vida no es la que uno vivió,
sino la que uno recuerda y
cómo la recuerda para contarla.

Gabriel García Márquez
(Vivir para contarla)

RESUMO

A partir de uma pesquisa sobre a festa do Divino Espírito Santo realizada em Santa Cruz de Goiás, pequena cidade do interior do Estado, foi se delineando uma figura que se tornou tema e objeto desta dissertação. Centrando a discussão em patrimônio cultural, memória e identidade, identifiquei e nomeei o personagem que representa uma categoria nova: o GESTOR NATIVO. É sabido que a atividade exercida por este gestor sempre existiu e órgãos como a UNESCO e o IPHAN o reconheceram, ainda que com outras denominações. Conhecedor dos rituais, com uma visão própria, muitas vezes mordaz e crítica da sociedade em que vivia, não era detentor do poder político que lhe conferiria *status*, mas exercia um poder que emanava de sua reconhecida sabedoria, não erudita e não acadêmica. Manifestações culturais se mantiveram vivas porque dentro da comunidade existia este gestor que percebeu a importância do patrimônio cultural. Sua incontestável liderança e grande carisma, aliadas à capacidade de administrar pessoas e acontecimentos possibilitaram suas ações. Dentro de um universo simples, interiorano e sem recursos, realizou festas, comemorações e representações de grande riqueza cênica, desafiando atividades congêneres realizadas por eruditos citadinos. Pude comprovar estas características, testemunhando ao longo de mais de vinte anos de vivência nesta comunidade a maneira como era respeitado e seguido por todos. Interpretou e analisou não só a História como também a sua própria história e não permitiu que se perdessem documentos, músicas, ritos e costumes. A pessoa que incorporou este personagem foi Alberto da Paz. Sua história de vida remonta à sua ascendência de escravos e alcança os dias de hoje, quando cego, persiste atuando como gestor. Figura imprescindível em ensaios, cantorias, representações, em tudo afinal, é "o guardião da memória" que confere identidade a um povo.

Palavras-chave: Gestor Nativo, Patrimônio, Cultura, Memória, Identidade.

ABSTRACT

After a survey on the feast of the Holy Ghost, carried out in the city of Santa Cruz de Goiás, a small city in the interior of the State, it was possible to see the shaping of a figure who became both the theme and the object of this dissertation. Centering the discussion upon cultural assets, memory and identity, I identified and nominated a character who represents a new category: the NATIVE MANAGER. It is known that the activity carried out by this manager has always existed and that he has already been recognized by organizations such as UNESCO and IPHAN, even though they might have given him a different title. Cognizant of the rituals, with a view of his own, often times acrimonious and disparaging, of the society where he lived, the character did not possess political power which would give him *status*, but he exerted a specific kind of power that emanated from his acknowledged wisdom, albeit not an erudite or academic one. Cultural manifestations were kept alive because within the community there was this manager who recognized the importance of their cultural asset. His unchallenged leadership and charisma, along with the ability to administrate people and events made his actions possible. Within a simple and resourceless universe, deep in the hinterland, the manager promoted scenically elaborate feasts, commemorations and pageants, challenging congeneric activities held by the erudite city dwellers. I was able to see for myself these characteristics, bearing witness throughout more than 20 years, in this community, of the way in which he was respected and followed by everyone. The manager interpreted and analyzed not only the History, but also his own history, thereby preventing documents, music, rites and mores from becoming lost. The person who incorporated this character was Alberto da Paz. His life history has its origins in his slave ancestors and is still in the making as even blind, he persists in his role as manager. An indispensable figure in rehearsals, chants, performances, in fact, everywhere, he is the "the guardian of memory" who gives these people their identity.

Key words: Native Manager, Asset, Culture, Memory, Identity.

RESUMEN

A partir de una investigación sobre la fiesta del Espíritu Santo llevada a cabo en Santa Cruz de Goiás, pequeño pueblo del Estado, fue delineándose una figura que se volvió tema y objeto de esta disertación. Centrando la discusión en patrimonio cultural, memoria e identidad, identifiqué y nombré el personaje que representa una categoría nueva: el GESTOR NATIVO. La actividad ejercida por este gestor siempre existió y órganos como la UNESCO y el IPHAN en Brasil lo reconocieron, aunque con otros nombres. Conociendo los rituales, con una visión propia, muchas de las veces mordaz y crítica de la sociedad en que vive, no es poseedor del poder político que le conferiría *status*, pero ejercía un poder que emanaba de su reconocida sabiduría, no erudita y no académica. Manifestaciones culturales se mantuvieron vivas porque dentro de la comunidad existía este gestor que reconoció la importancia del patrimonio cultural. Su indudable liderazgo y gran carisma, aliados a la capacidad de administrar personas y acontecimientos posibilitaron sus acciones. Dentro de un universo simple, interiorano y sin recursos, realizó fiestas, conmemoraciones y representaciones de enorme riqueza escénica, desafiando actividades similares realizadas por eruditos ciudadanos. Pude comprobar estas características como testigo a lo largo de más de veinte años de vivencia en esta comunidad la manera como era respetado y seguido por todos. Interpretó y analizó no sólo la Historia como también su propia historia y no permitió que se perdieron documentos, músicas, ritos y costumbres. La persona que incorporó este personaje fue Alberto da Paz. Su historia de vida remonta a su ascendencia de esclavos y alcanza los días de hoy cuando ciego persiste actuando como gestor. Figura imprescindible en entrenamientos, cánticos, representaciones, en todo al final, es "el guardián de la memoria" que confiere identidad a una gente.

Palabras-llave: Gestor Nativo, Patrimonio, Cultura, Memoria, Identidad.

ÍNDICE

	Página
APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	16
PATRIMÔNIO CULTURAL	33
HISTÓRIA ORAL, IDENTIDADE E MEMÓRIA.....	40
FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	47
A CAVALHADA DE SANTA CRUZ DE GOIÁS	59
JOGO DE TRUCO	73
A FAMÍLIA	78
CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

APRESENTAÇÃO

O que me levou a analisar a gestão do Patrimônio Cultural, distante dos eventos hollywoodianos patrocinados pelas leis de incentivos fiscais e protegidos pelo poder público, foi o interesse em saber como pequenas comunidades são capazes de realizar suas manifestações culturais à margem destas facilidades. Como pessoas isoladas, na maioria das vezes pouco letradas, conseguem motivar seus conterrâneos e fazê-los compreender a importância de preservar seu patrimônio cultural, mantendo-o vivo e dinâmico.

Sem contar com o apoio de grandes empresas nacionais de telecomunicações, bancos estatais e privados e companhias multinacionais de combustíveis e comidas.

Inclusive porque, para chegar a estes patrocínios e incentivos, são necessários projetos minuciosos, que se fazem acompanhar de prestações de contas draconianas, que dificultam seu acesso aos simples mortais.

Os festivais, os carnavais, as festas de peões, os concertos de música, os balés, todos têm, em sua retaguarda, equipes multiprofissionais, que cuidam desde a iluminação até a divulgação. Passando pelos famigerados coquetéis de lançamento.

Os marketeiros sabem a medida exata do que pode gerar mídia espontânea e utilizam todas as armas de que dispõem para aferir vantagens e lucros para seus patrocinadores.

Nesta ciranda, é lamentável que manifestações e festas folclóricas se tornem espetáculos para turista ver, onde se altera até o dia da comemoração de um santo. Ou se mata (e se ressuscita) o Cristo, Filho de Deus, por três dias seguidos, num teatro a céu aberto, com lotação e ingressos esgotados.¹

¹ Em Nova Jerusalém, Pernambuco, a representação foi, de início, simples e levada a efeito por pessoas do local. Mas sua repercussão provocou a modernização, e o que era uma manifestação espontânea passou a ser dirigida. Foi construído um cenário, de alvenaria, gigantesco, previamente projetado e os atores amadores foram sendo gradativamente substituídos por profissionais, sendo inclusive contratados atores de televisão para o desempenho de determinados papéis. Os moradores do local passaram a ser somente figurantes. A representação começa na Última Ceia e vai até a Ressurreição, que inclui um grandioso espetáculo de luz e movimentação de cenários. O drama passou a não ser representado somente na Sexta-Feira Maior, mas repetido na quinta-feira, sexta-feira (com dois espetáculos às 20 e 22 horas), sábado e domingo. (JARDIM, 1977, p.47)

Não é minha intenção, com este posicionamento, ser retrógrada ou purista, querendo congelar no tempo e no espaço manifestações culturais e seus locais de apresentação. Existem situações em que insistir em manter um determinado fato folclórico nada mais é que contar sua história, pois na realidade o que é apresentado como sendo a tradição de uma determinada comunidade já não corresponde ao seu dia-a-dia. Poderia citar, por exemplo, o enorme esforço que fazem os tradicionalistas do Rio Grande do Sul. A verdade é que a moça gaúcha que vive no interior ou em propriedades rurais já não se veste de “prenda” nem em festas, com seu vestido longo, estampado e rodado, com um avental cobrindo a saia. O movimento migratório que sofreu o estado sulino há muito substituiu a “prenda” por nativas ou descendentes de alemãs, polonesas, italianas, ucranianas, que vestem as roupas típicas dos países com os quais têm alguma identificação.

Existem situações distintas em que uma festa ou ritual se extingue. Posso citar a Cavallhada que era corrida na festa do Divino Espírito Santo na cidade de Aruanã, antiga Leopoldina, no Estado de Goiás, às margens do Rio Araguaia. A atividade econômica da região se baseava na agro-pecuária, o que explicava a presença de bons cavaleiros e cavalos, encarregados de conduzir o gado em grandes caravanas para as centrais de abatedouro. Dois fatos interferiram nesta realidade: primeiro, a lenta substituição dos pastos por culturas variadas como a soja e o arroz e segundo, o transporte do gado, que passou a ser feito em caminhões, mais rápidos e menos dispendiosos. O desaparecimento da Cavallhada não foi uma decisão imposta de fora para dentro nesta comunidade, mas fruto de um desinteresse natural, pois perdeu sua função e sua motivação.

A população de uma cidade vê mudar de mãos o controle e as decisões sobre suas comemorações, às vezes sem ousar protestar. Sua identidade se massifica, seu patrimônio cultural, que é, no mais das vezes, o único patrimônio que herda, é expropriado.

Foi este processo que ocorreu, por exemplo, com os bois Garantido e Caprichoso, do Amazonas. Desde 1913, quando Emídio Vieira e Lindolfo Monteverde se desentenderam por causa da mulher do segundo, cada um tinha seu boi. Seu grupo de brincantes de uma festa muito popular no Brasil e principalmente nas regiões norte e nordeste, o boi-bumbá.

- Se cuide que este ano eu vou caprichar no meu boi.
- Pois capriche no seu que eu garanto o meu.

Os nomes dos bois estavam espontaneamente criados e aceitos.

O tema da brincadeira do boi seguiu igual, mas para sua apresentação foi construído um bumbódromo (que nome infeliz!), nos moldes do que seria o sambódromo do Rio de Janeiro e mais recentemente, de São Paulo.

Hoje, cada agremiação de boi leva ao bumbódromo cinco mil brincantes desfilando para trinta e cinco mil turistas durante três horas, em meio a um espetáculo de luzes e cores incluindo show pirotécnico.

No entanto, nem precisaríamos ir tão longe para assistir a esta triste encenação. O Estado de Goiás, através de suas agências de obras e cultura, já deu início à construção do Cavahódromo de Pirenópolis, “projetado para ser um estádio de múltiplo uso, que pretende ressaltar o caráter histórico e religioso das Cavalhadas, num espaço para práticas esportivas e eventos culturais”, de acordo com o site oficial <http://www.noticias.goias.gov.br/index>.

Já o site <http://www.pirenopolis.tur.br/paginas/noticias.php> local, tem outro enfoque sobre a referida construção, que vai custar dois milhões de reais e que

prevê instalações para acomodar cerca de seis mil pessoas nas arquibancadas, área de comércio e o aproveitamento das instalações para uso público fora da temporada da festa, um castelo medieval para abrigar os cavaleiros e estruturas de cimento mescladas com elementos rústicos, como a madeira e a palha. As opiniões da população são diversas. Alguns pensam que a nova construção vai descaracterizar os elementos de tradicionalidade, que é (sic) os camarotes de pau e palhas com revestimento de chitão, além de tirar o envolvimento das famílias tradicionais na construção destes.

Fico imaginando como ficarão essas famílias, que costumavam assistir às Cavalhadas nos “camarotes” cobertos de tecido de chita colorido. Para estes camarotes, levavam de casa as cadeiras e os tamboretas e recebiam os amigos, servindo as quitandas preparadas para a ocasião.

A construção do castelo medieval é o ápice desta pantomima de insanidades. Existe sim um castelo virtual, onde se agrupam os cavaleiros, mas o castelo construído de madeira faz parte somente de algumas cavalhadas, como a de Santa Cruz de Goiás, por exemplo, ou de Franca, no Estado de São Paulo. (PEREIRA, 1978, p. 112) Em Pirenópolis nunca houve e não há castelo, assim como não existe a figura da princesa. Esta ingerência externa

descaracteriza um fato folclórico que é representado desde 1826 pelos habitantes da cidade e, se não acabou até hoje, pode ser considerado patrimônio em risco, ao ser transformado em um espetáculo sem função e desprovido da fé que sempre motivou seus participantes.

Só falta cobrar ingresso.

O próximo passo é batizar este Cavalcadouro com o nome de um personagem distante e alheio à cultura local, como se pretende fazer com um Centro Cultural “Oscar Niemeyer”, em Goiânia, também com os projetos de construção prontos para o início do processo de licitação.

Com todo o respeito que merece Oscar Niemeyer, este notável arquiteto que projetou Brasília. No entanto, incomoda um pouco, neste país de clima tropical, o fato de seus projetos não privilegiarem o verde, para que as árvores não escondam as formas do concreto.

É um caso a se pensar, pois temos nomes mais que merecedores de homenagens e aptos a batizar este “verdadeiro Parque Cultural do Estado, com museus, biblioteca, teatro, salão para exposição, cinemas, galerias de arte, restaurantes, bares e auditórios, além de um monumento e de um memorial”. (<http://www.diariocariora.com.br/0104/rel/011agep.htm>). Não seria de todo improvável que se erguesse no cerrado do Planalto Central deste país um monumento à Revolução Francesa e um memorial a Dom Sebastião, desaparecido em meio a uma tempestade de areia nas terras africanas.

Se para o gestor patrimonial é importante equilibrar estas forças, nesta fronteira tão tênue e dinâmica, mais importante ainda é a ação do personagem local que, reconhecendo ser possível e plausível respeitar a identidade de um povo, reconhece, valoriza e mantém vivo seu patrimônio cultural, histórico, artístico, imaterial, enfim, sua paisagem cultural.

INTRODUÇÃO

Em uma pequena cidade do interior do Estado de Goiás encontrei o que necessitava para entender a organização e a realização das manifestações culturais locais e para analisar uma categoria: o gestor nativo.

Ali, onde um complicado jogo de poder entrelaça e urde as relações, mesclando, ao mesmo tempo, o social, o religioso, o político, o lúdico, o psicológico, ora colocando como opostos, ora como aliados, não só indivíduos mas grupos sociais e familiares, existe um contraponto a estas questões.

Sendo parte desta teia e sofrendo as conseqüências das soluções acordadas pelos mais poderosos, há um personagem na cidade de Santa Cruz de Goiás, um homem simples e de poucas posses, que detém um poder que não passa pelo político ou pelo econômico, mas que lhe é conferido pelo saber.

Falo aqui de um saber e de um saber-fazer que vem do conhecimento que este homem herdou do pai, dos tios, dos mais antigos, um patrimônio que ele, com rara sabedoria, definiu como “alguma coisa que a gente tem e não dispõe”.

O seu papel dentro desta comunidade é surpreendente, pois hoje, quase cego, ainda organiza, participa e faz acontecer muitos dos rituais que compõem as festas da cidade.

Nosso conhecimento e convívio tem mais de vinte anos e, durante este tempo, observei e testemunhei sua atuação. A sua participação transcende a festa em si, o dia da festa, a hora da festa. Desde o momento em que ocorre um festejo, seja qual for, este homem, cujo nome é Alberto da Paz, começa a planejar não só o do ano seguinte, mas a próxima festa que se realizará na comunidade. (Vide Anexos – Figura 17)

O seu conhecimento envolve um pouco de tudo, eu diria.

Como caçador, sabe a época, a melhor armadilha, a arma mais apropriada, o cartucho indicado para cada tipo de animal. Além de ser um mestre na preparação da matula² que se deve levar para a espera³.

² Matalotagem, farnel. In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983.

³ Caçada. V. Citação: “Outro modo de caçada interessante e muito praticado no sertão é a “espera”. Realiza-se essa caçada unicamente acima de uma árvore, de preferência um pequizeiro ou uma cajazeira, na época do

Como pescador, conhece todos os tipos de nós que nunca deixam com que se perca o anzol e o peixe. As fases da lua não são mistério para ele, quando o assunto é pescaria.

Sabe os chás e as garrafadas⁴ para todos os tipos de mazelas, do corpo ou da alma, assim como as benzeduras, passando da espinhela-caída⁵ a ofensa⁶ de cobra.

Benze criança, criação, bicheira de animal, a própria pinga que vai beber.

"A pinga é minha madrinha,

meu padrinho é o garrafão.

A benção, minha madrinha,

Eu vim lhe tomar benção."

É tocador de viola, declama poemas, faz serenata. Moqueia peixe, soca carne para paçoca, faz um café primoroso.

Compõe e canta as músicas de folias, qualquer que seja o santo: Santos Reis, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Santo Antonio, Divino Espírito Santo. Além de ser folião e puxador dessas folias, toca a viola que acompanha as cantorias.

Contador de casos, jogador de truco, conhece os rituais de todas as manifestações que acontecem na velha cidade que ama acima de tudo. Incorporou, durante alguns dos mais de 50 anos em que foi cavaleiro de Cavallhada, o personagem Carlos Magno.

ano em que as flores do primeiro ou as frutinhas perfumadas da outra se desprendem e cobrem o chão. Dessas flores e frutas muitos bichos selvagens vêm faltar-se durante as noites luarentas. O caçador escolhe de antemão uma árvore que notou ser mais freqüentada, verificando pelos rastros impressos na terra quais os bichos que podem interessá-lo: veado, paca, cutia, anta, etc. À tardinha volta, trepa na árvore, suspende entre dois galhos sólidos a sua rede e nela instala-se de espingarda na mão. A regra é manter-se sem movimento, sem fumar, sem tossir, apenas poderá mascar fumo, com a condição, porém, de não cuspir no chão e sim na cuiá que traz consigo. In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983.

⁴Garrafada: Preparado de raízes na pinga ou no vinho, por curandeiros ou raizeiros: “O preparo da ‘raizada’ ou ‘garrafada’ exige muita ciência”. In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983.

⁵Espinhela: qualquer mal da espinhela. In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983.

⁶Ofender: morder, picar (cobra): “A conversa lá é que ele benzeu a fazenda do sêo Moura e mandou as cobras pra lá. Já ofendeu três novilhas”. In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983.

Organiza, cobra, participa, consegue os patrocínios necessários, proíbe, permite, ensaia, inventa, soluciona. Luta para que a cultura santacruzana seja difundida e preservada. Tenta ensinar os mais jovens. Não deixa que os mais velhos esqueçam as músicas, os casos, a coreografia das danças, as escaramuças da Cavallhada.

Alberto da Paz é conversador, educado, acolhedor, cheio de receitas, segredos, histórias, citações e exemplos.

É uma referência de coragem, destempero, amizade, lealdade.

Todos sabem contar algum caso em que ele é o protagonista ou um coadjuvante muito destacado. É respeitado e querido por todos. Mesmo aqueles com quem já se desentendeu ou espicou com suas críticas mordazes. Ou os poderosos que desafiou.

Tudo começou quando recebi uma fotografia da Cavallhada que era corrida em Santa Cruz de Goiás, durante a Festa do Divino Espírito Santo.

Quem enviou a fotografia e o convite para assistir a festa foi um estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, Marcelo Fernando Ranulfo, aluno de meu marido, professor desta Faculdade.

Conhecedor do meu trabalho como pesquisadora de folclore e diretora do Museu Estadual Zoroastro Artiaga, sua intenção era divulgar esta Cavallhada.

Como o Museu Estadual pertencia à Fundação Cultural de Goiás, procurei seu então presidente, Dr. Jacy Siqueira, para solicitar o que de praxe é necessário para este tipo de viagem: transporte, hospedagem, alimentação, filmes fotográficos, fitas cassete, etc.

Sua anuência veio acompanhada de várias informações sobre a cidade, berço de sua família, além da confirmação de sua presença, pois havia sido convidado pelas autoridades locais para assistir à festa.

Santa Cruz é uma pequena cidade que está localizada a 130 km. de Goiânia, na região sudeste do Estado. Segundo dados do IBGE, em 1996 a população total era de 3.454 habitantes, com 1027 pessoas habitando a zona urbana e 2.427 a zona rural e com uma taxa anual de crescimento de 2.62.

Não havia, quando desta primeira incursão, agência bancária, posto de saúde, supermercado; o comércio se resumia a um armazém que vendia "secos e molhados"; a Rodoviária era em um bar, localizado na praça central, onde, depois do almoço, sempre havia uma mesa na porta para um truco entre amigos, costume arraigado entre os

santacruzanos, enquanto se aguardava a passagem dos ônibus estaduais que faziam o percurso de outras cidades da região a Goiânia e vice-versa.

Santa Cruz, diferente de outras localidades históricas de Goiás, não preservou nem conservou seu patrimônio edificado e a estagnação econômica que atingiu as cidades que sobreviviam do garimpo de ouro e que provocou sua decadência, aqui fez com que desaparecessem a igreja colonial, os casarões das famílias locais, as sedes das fazendas, as instalações das minas de ouro.

Segundo Roque de Barros Laraia (2001, p. 3)

é preciso lembrar que nossas cidades monumentais, como Ouro Preto e Goiás, não são o resultado de uma política de preservação, mas a consequência da estagnação econômica. Foi a crise econômica que atingiu Ouro Preto, no século XIX, que impediu o seu crescimento e assim, involuntariamente, preservou o seu magnífico conjunto arquitetônico. Não fosse isso, Ouro Preto seria hoje uma cidade moderna, repetindo o que ocorreu em tantas cidades antigas de nosso país, que hoje conservam praticamente nada de seu passado.

O ciclo do ouro representou o processo natural de colonização do país e uma vez extinto, a maior parte dos habitantes dos núcleos urbanos surgidos à boca das minas se dispersou por fazendas e engenhos. "As atividades econômicas passaram a se basear na lavoura, pecuária e comércio". (PEREIRA; JARDIM, 1978, p. 57)

Ao mesmo tempo em que decaíam os ex-arraiais de mineração, sua população se tornava ilhada, na distância e no isolamento, enquanto os caminhos que a eles levavam se despovoavam. Tanto os habitantes dos remanescentes núcleos urbanos quanto os lavradores e criadores experimentaram a ameaça da regressão cultural. No Estado de Goiás, a regra geral foi a decadência irreversível dos arraiais mineiros. Pirenópolis, talvez por sua localização privilegiada, não chegou a conhecer a decadência total, mas teve sua economia estagnada durante muitos anos, vindo a reflorescer há duas décadas por causa de sua potencialidade turística e proximidade da Capital Federal. O que corrobora a visão de Laraia sobre a estagnação ter sido um fator de preservação das cidades monumentais.

Santa Cruz foi se despovoando, e ficou no meio do caminho, só como lugar de passagem.

Aliás, a expressão “no meio do caminho” lhe é bastante apropriada. Santa Cruz é o meio do caminho entre as cidades de Cristianópolis e Palmelo. Dista mais ou menos 30 km.

da primeira e 5 km. da segunda. Mas a distância entre elas é muito maior que a distância física.

Cristianópolis é a cidade dos “crentes” e Palmelo a cidade dos espíritas. Como? Exatamente assim. A maioria da população de Cristianópolis pertence a algum tipo de religião protestante pentecostal. Inclusive um recente governador do Estado de Goiás e ex-senador da República, nascido em Cristianópolis, é protestante.

E a outra cidade, Palmelo, é habitada por uma maioria de seguidores do kardecismo. Palmelo tem algumas pousadas e pequenos hotéis, uns poucos restaurantes e seus moradores, ao primeiro pedido, transformam suas casas em hospedarias, pois o número de pessoas que buscam algum tipo de tratamento ou contato espiritual com seus entes e parentes falecidos é grande. O turismo religioso movimenta sua tímida economia. Nos fins de semana ou feriados prolongados, a cidade é tomada por ônibus de outros municípios de Goiás e, com relativa frequência, de outros Estados.

A cidade do meio do caminho, Santa Cruz de Goiás, tem predominância de católicos. Daí a Festa do Divino Espírito Santo ser sua maior expressão de fé religiosa popular. Aliás, como em grande parte das cidades brasileiras mineiras, paulistas, goianas, matogrossenses, etc.

Santa Cruz, desde a primeira vez que a vi, sempre me surpreendeu. Se a cidade parecia esquecida no tempo, era difícil explicar sua efervescência na época da Festa do Divino.

A banda de música tocava em todas as ocasiões e havia um foguetório incessante⁷, desde a madrugada até altas horas da noite. Comida farta, roupas especiais, cavalos de belo porte, cavaleiros de Cavalhada vestidos de veludo.

O foguetório, comum nas festas do Divino, merece um relato especial. Se em todas as cidades goianas, ele é parte da vida de qualquer cidadão, em Santa Cruz a própria vida é marcada pelos foguetes. Se fizermos uma cronologia, do primeiro minuto do ano novo ao

⁷ Foguete. In: Cascudo, Luis da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro, Vértice, 1954, p. 400 - O foguete, *rojão* em Portugal e *coquete* na Espanha, semeado por toda a América, *foguetão*, *fogo do ar*, é complemento indispensável nas festividades religiosas no Brasil, já nos finais do séc. XVII. Trazido de Portugal, alegria das romarias, arraiais e *festadas*, viera da China, onde constituía característica nas solenidades sagradas e profanas (...). Divulgou-se pela Europa, notadamente meridional, *artífice de réjouissance*, propagando o júbilo, atraindo multidão, consagrando homenagem, saudando os oragos. Em qualquer região brasileira haverá recordação significativa da função social e política do foguete (...). Impossível procissão, novena, pagamento de promessa, sem foguetes.

último minuto do ano velho, é o foguete que marca os ritos de passagem, do nascimento à aprovação no vestibular, do batizado ao noivado e o casamento; as festas de santos e as festas familiares; é também o foguete quem anuncia o portador de notícias boas ou ruins nas fazendas e beiras de rio; é quem avisa da chegada das folias na roça e o início dos bailes. Não há comício político, presença de autoridades, aniversário de cidade, jogo de futebol ou alvorada festiva que não sejam acompanhados de intensos foguetórios.

É comum o pedido de doação de caixas de foguetes para os mais endinheirados, assim como é comum também oferecer caixas de foguetes a um determinado santo em pagamento de promessa feita e pedido atendido. A queima de fogos e os foguetes nas comemorações religiosas, profanas e cívicas aproximam a cidade de Santa Cruz das milhares de cidades brasileiras que herdaram do português europeu este costume, entre tantos outros.

Durante os dias da festa, suas ruas eram e ainda são cheias, as casas repletas, a igreja lotada e as pessoas assistindo missa do lado de fora, com muita gente jovem andando de um lado para o outro, coisa pouco comum nas cidades do interior, já que os mais novos acabam saindo para estudar na capital ou em busca de melhores empregos.

A cidade pacata durante a maior parte do ano que se transformava em uma cidade movimentada durante uma semana. Esta dicotomia começou com sua própria história.

Segundo o pesquisador, poeta e historiador Jacy Siqueira (1993, p. 98), várias das informações sobre o surgimento do arraial de Santa Cruz carecem de uma pesquisa mais cuidadosa, pois os vários dados que levantou não comprovam o que diz a história oficial.

Silva e Sousa se refere à fundação do arraial de modo incidental (PALACIN, 1976, p. 29). Já Alencastre (1979, p. 69) cita que Manuel Dias da Cruz cria, em 1729, o Arraial de Santa Cruz.

Auguste de Saint-Hilaire (1937, p. 117), afirma que

... um certo Manuel Dias da Silva, ao atravessar o sertão a caminho de Cuiabá, descobriu, por volta de 1729, as terras auríferas onde foi erguido o Arraial de Santa Cruz, tendo fincado ali uma cruz com a seguinte inscrição: Viva o Rei de Portugal.

Por Carta Régia de 1809, é criado o Julgado de Santa Cruz, o seu território de influência possuía imensa área. Em 1833, Santa Cruz foi elevada a vila, foi no período em

que Goiás foi dividido em quatro Comarcas, sendo assim distribuídas: Santa Cruz, Goiás, Palmas e Cavalcanti. (ALVES, 1983, p. 13)

Jacy Siqueira encontrou várias versões para o nome do fundador do Arraial: como Manuel Dias da Silva em três autores. Manuel Dias da Cruz em dois e Manuel Dias de Sá em um.

Assim, podemos ter certeza de que, por volta de 1731, um Manuel Dias da Silva vivia em terras hoje goianas, sem qualquer engano. É o mesmo Manuel que Americano do Brasil chamou de Manuel Dias Pais, quando tratou do (referido episódio pirenopolino, e que o segundo Anhanguera, então superintendente das Minas dos Goiaes, enviou ao Arraial de Meia-Ponte para pôr fim às desordens e desmandos ali. (1993, p. 75)

Este é o mesmo personagem a quem Alencastre (1979, p. 69), trocando o Silva por Cruz, atribuiu a descoberta do ouro santacruzano.

É, ainda, o Manuel Dias de Sá aludido pelo Johann Emanuel Pohl em Alves (1983, p. 98): “podemos afirmar com toda segurança: Santa Cruz de Goiás foi fundada, em 1733, pelo Mestre-de-Campo Manuel Dias da Silva, que, entretanto, ali não erigiu uma cruz de madeira assinalando o evento.”

Para Joaquim Rodrigues Alves, (1983, p. 10)

O Capitão-General Rodrigo César de Menezes, nomeado por Alvará Régio governador da Capitania de São Paulo em 5 de setembro de 1721, tomou posse na mesma data e afastou-se do cargo em 15 de agosto de 1727. Dentro de suas atribuições legais, ordenou a Manuel Dias da Silva que se deslocasse até as minas de Cuiabá, mineração essa, também, sujeita à capitania de São Paulo. Seguindo uma espécie de itinerário ao rumo desejado e já em terras da tribo dos goyazes, Dias da Silva se ateve n'um sítio, para repouso da grande comitiva. (...) Constatou que havia ouro. Em agradecimento a Deus (...) erigiu uma grande cruz com a inscrição: Viva el Rey de Portugal. Assim, Dias da Silva, o seu fundador, deu àquele sítio - o futuro arraial - o nome de Santa Cruz. (...) Esse auspicioso evento ocorreu no dia 27 de agosto de 1729. Dias da Silva teve recompensa por este trabalho prestado ao Império o hábito de Cristo e a tença de 800\$000 réis (pensão remunerada por serviços prestados).

Ainda segundo Alves (1983, p. 11), a pesquisa e a cata do ouro no Arraial de Santa Cruz aconteceram no Córrego Vermelho e mais tarde no Córrego Pará. Manuel Dias da Silva, fundador do arraial, percebendo o grande afluxo de garimpeiros com bateia, e de

faiscadores, elaborou circunstanciado relatório e um mapa que correspondia 17° 54' de latitude sul, assinalando, no mesmo, o local da descoberta do ouro. Recebeu o apoio do Governador-Geral e ordens no sentido de seguir com a extração do precioso metal. Constatou que o ouro não era só de aluvião, mas de rocha também, e de difícil extração. O local onde a extração do ouro era mais farta foi chamado de Morro do Clemente.

Ainda há pessoas, em Santa Cruz, que acreditam que não se esgotou este veio aurífero e que o Morro do Clemente guarda um tesouro incalculável, mesmo que não se saiba a localização, tanto do morro, como da mina.

E como em Santa Cruz é costume haver outra versão para todos os acontecimentos, vários moradores da cidade insistem em que a cidade já foi capital da província de Goiás, ainda que não existam documentos históricos que comprovem este fato.

Em 1983, a população de Santa Cruz era de 8.000 habitantes, sendo 3.000 na zona urbana, sede do município, segundo dados da obra Santa Cruz de Goiás – Sinopse Histórica, de Joaquim Rodrigues Alves (1983, p. 85). Santa Cruz de Goiás tem 1.305 km² e seus limites são os municípios de Pires do Rio, Palmelo, Cristianópolis, Caldas Novas e Piracanjuba. Suas terras são banhadas pelo Rio do Peixe, que corta o Povoado do Rio do Peixe e os córregos Manoel Duarte, Muquém, Buriti, Pedra de Amolar, Brumadinho, Caiapó, Pirapitinga, Fundo, Mato Virgem, Água Suja, São Benedito, Córrego da Chuva, Sapé, Dantas e o Ribeirão Brumado, este bem próximo à cidade. Dista de Goiânia 130 km; de Pires do Rio, 25 km; de Palmelo, 5; de Cristianópolis, 32; de Caldas Novas, 65; de Piracanjuba, 72 e de Bela Vista, 99. É sede de Comarca. A economia do município baseia-se na agropecuária, com a criação de gado de corte e leiteiro, possuindo excelentes invernadas.

Segundo dados do IBGE de 2000, Santa Cruz de Goiás tem a seguinte conformação territorial e populacional:

Área da unidade territorial (km ²)	1.109
Pessoas residentes – 2000	3.470
Homens residentes – 2000	1.867
Mulheres residentes – 2000	1.603

*

*

*

A minha primeira viagem à cidade de Santa Cruz de Goiás foi em 1979. Fomos um grupo, que envolvia funcionários do Museu Estadual Zoroastro Artiaga, Instituto Goiano de Folclore e Instituto Goiano de Arqueologia, unidades da extinta Fundação Cultural de Goiás.

Todos compactados em um Fusca, que era o carro de que dispunha a Fundação, sem contar que o asfalto só chegava até Bela Vista, cidade próxima a Goiânia e início do caminho que nos levaria a Santa Cruz. O restante do percurso era em estrada de chão, coberta de terra vermelha, que nos deixou a todos piscando e espirrando poeira.

Mês de maio, Festa do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito. Um clima frio, surpresa para os que saíram do calor de Goiânia.

Antes de começar qualquer tipo de pesquisa ou levantamento, precisava conhecer o que era a festa ali naquela cidadezinha, como se desenvolvia, quem era quem na sua estrutura formal e informal e quem eram seus moradores, suas famílias, seu jeito, enfim.

O primeiro contato foi com as autoridades locais, pois estávamos ciceroneados pelo então presidente da Fundação Cultural de Goiás e filho de família ilustre de políticos de Santa Cruz de Goiás, Doutor Jacy Siqueira.

Almoço na casa do prefeito, cafezinho na casa do vice-prefeito, visita ao pároco local, também filho da terra, Padre Guilherme Contart, mas nada que indicasse alguém que estivesse envolvido de maneira pessoal e não institucional com a Festa ou seus folguedos.

Já quase na hora de nos dirigirmos ao campo para assistir a Cavalhada, passamos pela casa do Imperador Cristão, para um rápido cumprimento.

Não sem motivo era Imperador da Cavalhada.

A voz, alta e potente, gritava ordens para algumas pessoas que estavam em sua casa. Casa modesta, de tijolo de adobe, três cômodos – sala, quarto e cozinha, numa rua mais afastada do centro.

Na sala, um sofá antigo, duas cadeiras de madeira, um fogão a gás novo em folha servindo de aparador, e uns tamboretos de madeira. Um tecido de algodão florido separava a sala do quarto, fazendo-se de cortina.

No quarto, uma cama de casal, coberta com revólveres, espadas, arreios, coxonilhos⁸, freios e caixas de bala de festim.

Na cozinha escurecida pelo picumã, um fogão de lenha, a mesa, uma cadeira. Nada de pia ou geladeira.

Do lado de fora da casa, um "puxado" (In: Dicionário do Brasil Central, 1983) o “puxado é uma cobertura adicionada a uma construção já existente”, elemento arquitetônico incorporado à vida e ao gosto do goiano. Debaixo deste puxado, o tanque de lavar roupa e louça, encimado por um espelho para a barba, o penteado do cabelo e a escovação dos dentes. E no fundo do quintal, a "casinha", sanitário constituído por uma fossa coberta de tábuas e cercada de madeira ou plástico preto.

Veio nos receber uma mocinha loira, de uns dezoito anos no máximo, fazendo as vezes de dona de casa. Convite para entrar, mas dado ao adiantado da hora, preferimos nos deixar por ali mesmo, esperando que chegassem os cavaleiros cristãos para formar o cortejo que levaria o Imperador ao campo da Cavalhada.

Vindo do quintal já montado em seu cavalo, chega até nós o Imperador Cristão da Cavalhada de Santa Cruz, o "historiador, folclorista, militar, professor de datilografia, caçador, pescador, cantador e mentiroso", como ele mesmo se apresenta, Alberto da Paz.

A idade é indefinível à primeira vista, pois tanto o cabelo como o bigode são tingidos de preto. É uma figura imponente, com mais de 1,80 m. de altura, magro, elegante.

Vestia a farda da Cavalhada: calça branca e jaqueta de veludo azul marinho, chapéu também de veludo adornado com arminho branco, espada e revólver na cintura.

⁸ Coxonilho - do espanhol platino *cojinillo*. coxonilho (coxinilho) manta, em geral de lã, que se põe sobre os arreios para a comodidade do cavaleiro. In: Novo Aurélio – O Dicionário da Língua Portuguesa -Século XXI, Versão 3.0. Editora Nova Fronteira.

Cigarro na boca, naquele momento incorporava Carlos Magno e para nós, visitantes em hora inoportuna, só restou um simples:

- Minha gente, teria muito prazer em recebê-los, mas agora tenho as minhas responsabilidades como Imperador dos Cristãos. Se vocês quiserem voltar depois, será um prazer.

Não o impressionou o fato de estarmos acompanhados pelo prefeito da cidade e pelo Presidente da Fundação Cultural, representando o Governador do Estado

Gritando para a mulher que não se atrasasse, ignorou nossa incômoda presença e chamando seus soldados, embaixador, guia e contra-guia para rezar uma oração antes de se dirigir ao campo de batalha, lá se foi.

A mulher, diga-se de passagem, sua quarta ou quinta companheira, não era outra senão a mocinha loira de dezoito anos que havia nos recebido `a porta da casa.

Sua preocupação com todos e com cada um e seu verdadeiro envolvimento com a festa me fez perceber que havia encontrado o gestor nativo de Santa Cruz. E isto era perceptível a começar pelo fato dele não ter dado a menor importância à presença daquelas autoridades na sua casa. Ali só havia uma autoridade e era um Imperador.

Ao introduzir a denominação GESTOR NATIVO, esta categoria passa a ser o foco deste trabalho e motivo de análise e estudo.

Dentro do cenário do patrimônio cultural existem pessoas que exercem determinados papéis. Talvez o de maior relevo seja o do gestor nativo, pois embora não sendo um especialista e tendo um conhecimento que aparenta ser simples, é, para a comunidade onde vive, o portador vivo de suas histórias e tradições. É quem organiza as festas, ensaia os folguedos e sabe não só as cantigas, mas a hora certa em que devem ser executadas. É quem cuida para que nada que seja importante se perca no tempo e no espaço. Destaca-se das outras pessoas porque é capaz de pensar sobre a própria sociedade. Vai além de organizar de uma maneira simplista, pois é capaz de administrar não só as manifestações que defende, como também as dificuldades resultantes das relações sociais de seu grupo. Tem o carisma que o faz respeitado e obedecido e a liderança que lhe permite decidir e inclusive modificar o que considera necessário. O respeito que infunde em seus concidadãos foi conquistado daí a dia, sem haver sido nunca imposto. Para o pesquisador, é

seu informante mais importante. Para a memória e a identidade de uma cidade, seu guardião.

Sua presença sempre foi marcante, não só por seu porte, pela exímia habilidade que exibiu como cavaleiro, mas também porque, naquele momento, ele se sentia realmente Carlos Magno, guiando seus comandados na luta para expulsar da Península Ibérica os mouros infiéis.

Sua maneira de montar, seu estilo, seu modo de saudar os inimigos mouros fizeram escola. Hoje o cavaleiro que ocupou seu lugar na Cavallhada segue o estilo do mestre e, em algumas ocasiões, a impressão que se tem é de rever seu Alberto no campo de batalha.

Terminada a Cavallhada, voltando à casa de seu Alberto, que é chamado pelos amigos, "inimigos" (como ele mesmo diz) e concidadãos de Albertão, fomos recebidos com toda gentileza.

Quando fui formalmente apresentada a seu Alberto, tivemos, de imediato, um ponto em comum: quando ele era guia⁹ de carreiro¹⁰ em Campo Formoso, hoje Orizona, havia conhecido meu pai, e se tornaram amigos. Acredito que este fato nos encheu, aos dois, de satisfação: a velha amizade teria continuidade com a filha, tão parecida com o pai.

É comovente o carinho com que sempre me distinguiu a partir de então. Cada vez que chegava à sua casa, antes mesmo do cumprimento, já se ouvia o grito:

-Anália, mata o frango, que é visita de honra!

O meu processo de entrosamento com as pessoas e a cidade de Santa Cruz foi rápido. No ano seguinte a presença da "professora" e "folclorista" já não ocupava tanto espaço. A presença constante na festa fez com que me incorporasse à paisagem local. (ALVES, 2001, p. 13)

São bem mais de 20 anos assistindo a festa do Divino. Não só assistindo a festa, mas participando também de outros tantos eventos da comunidade, como as Folias, as festas no povoado do Rio do Peixe (distrito que faz parte do município de Santa Cruz, nome oficial Santo Antônio da Esperança), enterros, casamentos, batizados, aniversários, brigas e

⁹ Guia – menino que guia os bois In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983., p.216

¹⁰ Carreiro – condutor de carro de bois In: Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983, p.91

desavenças. Já consegui até médicos e remédios para os enfermos, além da ambulância para o transporte. Graças ao marido e aos filhos médicos.

A amizade com os santacruzanos foi se estendendo como uma teia, envolveu minha família e meus amigos. Nossos encontros são cheios de saudades e novidades. Só escapei das campanhas políticas. E assim mesmo, fingindo-me de morta!

Na medida do possível, tento devolver o que foi compartilhado comigo de uma maneira tão generosa.

Quando conheci Alberto da Paz, ele já tinha 60 anos. Explicou que era cavaleiro porque havia herdado do pai o amor pela Cavallhada. Seu pai, antigo cavaleiro mouro, fora embaixador e guia, que é quem comanda uma fila de cavaleiros durante as escaramuças ou corridas.

Seu Alberto correu pela primeira vez em 16 de maio de 1938 e contabilizou 56 Cavallhadas. Tem um profundo orgulho por nunca haver errado uma escaramuça. Começou correndo na rabada (o último cavaleiro da fila), já foi embaixador e, em 1947, passou a guia.

Não foi só o amor por essa representação cabloca das lutas de Carlos Magno e os Doze Pares de França para expulsar os sarracenos da Península Ibérica que o motivou: há também uma forte devoção ao Divino Espírito Santo, de quem é devoto declarado.

Nos idos de 1980, seu tempo era ocupado com as aulas de datilografia que ministrava, já que estava reformado da Polícia Militar. Seus conhecimentos de datilografia renderam uma intensa correspondência, inclusive comigo, com convites, ordens e pedidos nas mais variadas ocasiões. (Vide Anexos Figuras 2 a 9)

Sua capacidade de negociação é patente numa das cartas que escreveu a um sobrinho (vide Anexos Figura 7), em que tenta negociar um cachorro caçador.

Trocando o “batizado” pelo “pagão”, ou seja, o cachorro que já está amestrado para caçar pelo que nunca caçou, ainda pede ao sobrinho uma caixa de cartuchos como recompensa pelo sacrifício da troca dos animais.

Em algumas de suas correspondências, assina ao lado do nome o seu nome artístico "Az de Ouro", que usava quando cantava em uma dupla de música sertaneja.

Alguns fatos marcaram a minha convivência com este Imperador. A sua capacidade de realmente tornar-se um Imperador a partir do momento que se vestia para a Cavallhada

sempre me impressionou. Durante os ensaios, no giro da Folia, na rotina diária, era o Albertão de sempre. A partir do momento em que vestia sua roupa de veludo e colocava nas costas a capa de Imperador Cristão, incorporava este papel. Dava ordens e exigia rapidez no cumprimento de seus comandos.

-Fulano, me dá água.

-Sicrano, vai buscar meu cavalo.

-Beltrano, me dá um cigarro aceso.

-Anália, vai passar minha calça.

Agradecer, nem pensar. Aliás, este fato ocorre, na mesma medida, com o atual Rei Mouro da Cavallhada de Santa Cruz, Iedo Ranulfo Lobo. Já fui buscar cavalo do rei Mouro, cumprindo ordens expressas de não demorar. “Um pé lá e outro cá”.

Muitos acontecimentos incomuns marcaram a trajetória de Alberto da Paz como Imperador. Certa vez, quando corria Cavallhada, o cavalo que montava escorregou durante uma escaramuça e caiu, mas seu Alberto o sustentou na rédea e o fez levantar-se, sem que o público que assistia ao espetáculo se desse conta do que havia acontecido.

Todo cavaleiro de Cavallhada tem seu pajem, que pode ser um amigo, um filho, um afilhado ou mesmo um empregado. Em uma ocasião, o escolhido para pegar sua lança durante os dias de corrida foi o Mané Basílio, uma figura muito conhecida em Santa Cruz, que fazia um ou outro servicinho para alguém, mas era, a maior parte do tempo, desocupado. E que gostava muito de beber. Terminada a Cavallhada, Mane Basílio saiu da casa de seu Alberto para levar o cavalo do Imperador até um pasto emprestado por um fazendeiro amigo, onde ficaria até o dia seguinte. O detalhe é que o cavalo também era emprestado para a Cavallhada. Depois de uns tragos na Rodoviária e antes de guardar o cavalo, Mané Basílio se deitou num banco da praça e dormiu. E o cavalo...

No dia seguinte, nada de aparecer o pajem. Seu Alberto, já "enfestado", saiu para buscar sua montaria onde deveria ter passado a noite. Quando passou pela praça, deu com seu ajudante adormecido num banco, à sombra de um jenipapeiro. Não teve dúvidas. Com a espada que levava na cintura empunhada, avançou sobre o adormecido pajem, que ao ouvir os improperios lançados por seu Imperador, levantou-se de um salto e saiu em desabalada carreira pela rua, sem nem entender muito bem o que estava acontecendo. Por pouco, não é

passado pelo fio da espada. O cavalo, acostumado com o barulho e o movimento da festa do Divino, pastava tranqüilamente a grama da praça.

De outra vez, foi mordido por um cavalo.

Num domingo, segundo dia de Cavalhada, fui cedo à sua casa para acompanhá-lo durante todo o dia, observando, fotografando e coletando as informações de que necessitava para o desenrolar da minha pesquisa sobre a festa. Havia escolhido seu Alberto para ser o informante do dia. Cheguei cedinho, a tempo de dividir com ele um cafezinho preto e o pão da véspera, torrado com manteiga.

Ele, como sempre, seguiu sua rotina de Imperador e de gestor do evento. Contou as balas de festim que daria a cada cavaleiro do seu batalhão cristão, separou as balas que repartiria com o rei e os cavaleiros mouros, engraxou as botas, pendurou a roupa de veludo no sol, fez a barba no tanque do quintal, mandou seu pajem buscar o cavalo e depois de todas as tarefas cumpridas, foi à missa, porque a parte religiosa da festa não era de modo algum esquecida.

Depois da missa, participou da Contradança ¹¹, outro folguedo que acontece nas festas do Divino Espírito Santo. Deu um passeio rápido para conferir se seus cavaleiros estavam sóbrios (o baile da noite anterior no salão paroquial, com alguma frequência, deixava um ou outro escornado num banco da praça) e retornou à casa.

Na volta, seria o momento de arrear e enfeitar seu cavalo, e depois vestir-se.

No momento em que, agachado, puxava e apertava a barrigueira do animal, este virou a cabeça e deu-lhe uma mordida no braço, que estava dobrado.

¹¹ A Contradança é um folguedo que se apresenta dentro da Festa do Divino Espírito Santo. Compõe-se o bailado de doze pares. As damas são rapazes travestidos. Não se permite a participação do elemento feminino. Dançam ao som de uma charanga composta de elementos da banda de música local. É apresentada durante o dia, nas ruas e em casas particulares, onde é convidada, nos dias que precedem a festa. As damas são rapazes imberbes ainda, usando trajes atuais, pertencentes às irmãs ou parentes próximas. Complementam a toalete com brincos, colares e outros adereços, e, na cabeça, um turbante, um lenço ou qualquer outro elemento em moda. (...) Os cavalheiros usam calças brancas com galões vermelhos do lado, botas de cano longo e, na falta destas, meias até o joelho. Casaco ao modo de casacas, com pontas, estas porém terminando em ângulos retos, cor vermelha e ornamentos de galões dourados um tanto à moda militar. Trazem no rosto máscaras grotescas de fabricação caseira. Na cabeça, um lenço com as pontas para trás e sobre ele um capacete bicórnio. Uma bengala de cabo recurvado, coberta de papel colorido, é conduzida no braço esquerdo, e no bolso das calças um outro lenço grande e colorido para ser usado nas evoluções da dança. A música: o ritmo é de marcha e as peças são pequenas composições (LACERDA, 1968. pág 45 a 48). O bailado hoje (dados de pesquisa da Autora) são Aranha, Contradança, Marcha de Rua, Marcha de Napoleão e Quadrilha do Kuerme

A cena foi horrível, pois seu Alberto caiu no chão. O braço, ao ser esticado, deixou ver um ferimento extenso, com o sangue jorrando. O cavalo, tranqüilo, parecia que mastigava e engolia o pedaço que havia arrancado. Eu, que detesto ver sangue, estava a seu lado e saí correndo para trazer alguma coisa que estancasse o sangue, voltando com um pano de prato, que em poucos minutos já estava empapado. Ajudei seu Alberto a deitar-se e fui buscar ajuda. Com o coração aos trancos e barracos, expressão goiana que bem expressa o que sentia naquela situação.

Auxiliada pelo Rei Mouro, convencemos o responsável pelo carro de som de propaganda comercial a anunciar que um médico era necessário, pois o Imperador cristão se recusava a ir até uma cidade próxima, onde havia um hospital. Santa Cruz, nesta época, possuía um posto de saúde, porém ainda sem médico.

Depois de algum tempo, vem o motorista do carro de som trazendo um doutor que estava na cidade para assistir a festa. Este médico, por sorte, levava no carro material de sutura. Fomos em comitiva até o posto de saúde, pois a estas alturas a notícia havia se espalhado (e como não, se um carro de som pedia que um médico se apresentasse com urgência?) e o deixamos na maca.

Mais que depressa, fui saindo da sala, tentando não olhar para aquele braço ensangüentado. Em vão. Veio a primeira ordem:

- Mara, vá buscar uma pinga para eu beber e anestesiá-lo esta dor que estou sentindo no braço!

Sabendo que era impossível não obedecer a uma ordem sua, providenciei a pinga. Já ia saindo de novo quando veio outra ordem:

- Mara, fotografe isto aqui!

- Meu Divino Espírito Santo! Seu Alberto, isto não... (era a apelação mais poderosa naquele momento).

Conclusão: cada passo daquela malfadada operação foi registrado. Foram setenta e dois pontos, um ferimento de mais de um palmo. Depois de “remendado”, voltou à casa e teve uma “conversa” com seu agressor, quando admitiu que “burro” era ele, por não ter tido o cuidado necessário, já que conhecia sua fama de mordedor.

Em seguida, vestiu sua farda de Imperador e foi para o campo correr a Cavallhada. Ante os protestos preocupados de todos, comparou-se a Carlos Magno, seu personagem

incorporado, que com certeza já havia lutado ferido sem abandonar seus exércitos. O gestor se sobrepôs ao Imperador.

Ao terminar a última corrida, a dos Lenços, despediu-se do público, entregou a princesa Angélica em casa e desmaiou, caindo do cavalo. Sua farda de veludo azul marinho estava vermelha de sangue. Talvez tenha sido a única vez em que um cristão quase vira mouro.

Reveladas as fotos, foram motivo de muitas conjecturas, pois Albertão descobriu uma fisionomia conhecida entre os pontos dados no seu braço: uma ex-sogra com a qual teve sérias desavenças no passado. Concluiu que o ataque sofrido havia sido praga desta mulher. E nos anos seguintes continuou montando o mesmo cavalo.

Sua preocupação com este fato está numa das cartas que escreveu a um sobrinho (vide Anexos Figura 8), onde admite ter ido a Palmelo consultar-se com os espíritos sobre o inusitado acontecimento.

De outra vez, antes da restauração, em 1980, da Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz, ao perceber que alguns papéis estavam sendo jogados fora, considerados velhos, recolheu-os em sua pequena casa e, terminada a reforma, devolveu-os todos, salvando da destruição sumária documentos importantes para a história da cidade.

Sua dedicação a Santa Cruz e suas festas é difícil de ser medida. Participa de tudo, organiza tudo. É o marcador das quadrilhas do mês de junho, além de promover seus ensaios; puxa as folias, compõe e toca suas músicas. Canta os bingos, os sorteios, é o leiloeiro oficial das prendas que são arrematadas nas festas de santos, é um violeiro de mão cheia, declama, faz versos, é cantador, sabe a história das famílias da cidade, e tem uma memória para datas e nomes de fazer inveja. Em cada acontecimento é possível perceber sua ação de gestor nativo.

Hoje, seu Alberto está cego. A idade, a saúde debilitada por uma vida no mais das vezes desregrada, foram enfraquecendo este grande guerreiro. Precisou implantar um marca-passo, pois o velho coração começou a falhar. As pernas já não obedecem a seu comando, precisa de ajuda para levantar-se, caminhar, sair à rua.

No entanto, se conversa com alguém que não sabe de sua deficiência visual, esta pessoa não chega a percebê-la, pois mantém a cabeça alta e a mesma voz de trovão de quando o conheci, há mais de vinte anos.

Perdeu a visão e as forças.
Só não perdeu a pose de Imperador.

PATRIMÔNIO CULTURAL

A discussão sobre patrimônio jamais se esgota. A palavra patrimônio, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2002, p. 1), está entre as que mais usamos no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros; dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formatação no Brasil.

Patrimônio, em seu sentido moderno, pode ser interpretado como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de 'colecionamento' de objetos materiais cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado 'outro'. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio. (GONÇALVES, 2002, p. 1)

Para este autor, patrimônio imaterial ou intangível opõe-se ao chamado “patrimônio de pedra e cal”, pois visa aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais. São eles lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc. “A proposta é no sentido de 'registrar' essas práticas e representações e se fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e transformações” (GONÇALVES, 2002, p. 4).

Ou seja, na moderna concepção antropológica de cultura, a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos e nas técnicas. A moderna noção antropológica de cultura assumiu um caráter desmaterializado.

Marly Rodrigues (1998, p. 17) coloca que a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, “o que envolve exclusões”:

A História, que no Brasil começou a ser escrita no século XIX, sob auspícios do próprio imperador, reforçaria a exclusão e as diferenças sociais existentes, de fato, na sociedade. Retratando o “passado da nação”, especialmente pelo ensino escolar, ela comporia a imagem que cada um fazia de si próprio e do lugar que lhe era dado na sociedade. Negros e brancos pobres eram vistos nos livros escolares como trabalhadores, mas não construtores de cultura, distinção que cabia a poucos, brancos e proprietários, com acesso aos bancos das faculdades e à cultura européia, tida como modelo.¹²

Anteriormente no Brasil o patrimônio era pensado dentro do conceito de modernidade, emanado principalmente dos intelectuais paulistas e mineiros no SPHAN de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, com a criação de um organismo capaz de assegurar a preservação dos monumentos nacionais. A importância do conceito de monumento nacional permeou a ação do SPHAN durante décadas, resultando no tombamento dos edifícios representativos do barroco mineiro como a expressão genuína da criatividade artística do povo brasileiro.

Mesmo assim, dentro do conceito de monumento nacional, o significado mais abrangente (de toda a produção artística do povo) já dava mostras de sua existência. Por exemplo, Roque de Barros Laraia aponta que “com os arquitetos modernistas que cercaram o SPHAN, entre eles Lúcio Costa, a preocupação foi totalmente diferente: a idéia não era copiar o passado, mas se inspirar nele para construir o futuro” (2001, p. 10). E Aloísio Magalhães, sucessor de Rodrigo de Melo Franco de Andrade no SPHAN, se expressava com relação ao patrimônio de uma forma ligeiramente diferente de seu antecessor:

¹² Esta citação de Marly Rodrigues, ao se referir a ..."a História, que no Brasil começou a ser escrita no século XIX..." parece não levar em conta o início da História do Brasil com Frei Vicente Salvador (História do Brasil. Livro Primeiro, aos 20 dez. de 1627)

Existe vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que, por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação de políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. (1997, p.60)

Ou seja, Aloísio assumia uma concepção diversa do patrimônio cultural, uma concepção que o aproxima de um moderno antropólogo social ou cultural, ao substituir “patrimônio artístico e histórico” por “bens culturais”, enfatizando a diversidade cultural existente na sociedade brasileira.

Figura de grande visibilidade na cena cultural brasileira, Aloísio Magalhães (1977, p. 87) dizia não gostar da expressão “memória nacional”, por sentir que memória conota uma coisa estática “como se fosse o repositório parado, onde se juntam e guardam coisas”. Para ele, “memória” teria que tomar um sentido mais fisiológico, no sentido de se guardar para se trabalhar como elemento na direção de uma expressão. Adepto da idéia de que a dinâmica de uma cultura está sempre em movimento, em evolução, ele dizia que, se não fosse assim, a cultura teria de ser tratada como coisa morta. A cultura deve tratar seus elementos dinamicamente, e ele denunciava um fenômeno muito antigo, no Brasil, de se olhar para fora, mimeticamente, “olhando o que se faz na Europa, olhando o que se faz nos Estados Unidos”.

Para Aloísio Magalhães (1997, p. 189), tinha de haver uma forma de referir o passado ao presente, vivê-lo (e não revivê-lo) – reconstruir o passado vivo pesando em nossos gestos, seguindo a linha de pensadores que o antecederam, como o próprio Gilberto Freyre (MAGALHÃES, 1977, p. 189), que, nos idos de 1926, pregava a necessidade de “destabuizar” o Brasil, destapando-se o país encoberto pela mentira oficial.

Magalhães pertence àquela estirpe que aceita o moderno sem abrir mão da tradição, querendo, porém, reatá-la noutra registro, não só o do tombamento puro e simples dos monumentos. Como Mário de Andrade, ele afirma que o passado tem de ser revisitado de um ponto de vista moderno já reconstituído.

Quando perguntado se sua ação pretendia ser mais abrangente que a de seu antecessor no IPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, que valorizou principalmente a arquitetura, o defende dizendo:

Acho que pensam isso porque Rodrigo, nos primeiros tempos do Patrimônio viu, de maneira extremamente inteligente, que tinha de atacar uma só linha, a mais dramaticamente atingida. Eram os prédios. Derrubavam-se prédios históricos. O grande trabalho foi conscientizar as elites: Governo, Clero, Poder Judiciário. Esta função, que era prioritária, acabou se confundindo com o IPHAN. O próprio Rodrigo tinha perfeita consciência disso. (1997, p. 222)

Qualquer órgão para preservação do patrimônio, para ele (no caso se referia ao IPHAN) tinha a função de olhar, identificar, sentir, se posicionar, conscientizar-se de uma gama muito ampla de elementos componentes “de fazeres peculiares do povo brasileiro”, não só em termos da diversidade desses componentes, mas também de complexidades diferentes.

Referindo-se à arte plumária, diz:

O tamanho e a frequência dos exemplos de qualquer representação não constituem os componentes de maior importância a serem analisados. Um artefato pequeno pode refletir uma soma de valores da cultura a que pertença superior àquela encontrada num outro, grande, e que devido a suas dimensões se imponha mais obviamente à percepção do observador. De forma análoga, a raridade de determinado gênero de objetos de arte não implica na irrelevância dos mesmos, nem na ausência de força e poder da manifestação a que se prendem. ... Sem dúvida um dos mais requintados modos de fazer de nosso povo, as frágeis e aladas formas que produz, sintetizam, em seu denso esplendor, todo um dinâmico universo de invenção e florescência. (1997, p. 183)

Mas talvez o cerne do pensamento de Aloísio Magalhães (1977, 191) com respeito a patrimônio se encontre em sua reflexão sobre tombamento em que diz que tomba é uma necessidade, é a figura que “*realmente confere ao bem cultural a sua permanência legal*”. Mas, ao mesmo tempo, dizia, tomba pode ser uma coisa restritiva porque, de certo modo, tende-se a imobilizar aquilo que foi tombado. E esse imobilismo, resultante de um simples e puro tombamento, “*confere a esse bem uma espécie de figura estática*”. E acrescenta: “*imobilista*”. Segundo ele, não adianta se tomba uma casa, “*até mesmo restaurá-la, se não estiver vocacionada para um uso*”. Para ele, o verdadeiro valor estava em tomba para ser usado, pois, no desuso, em pouco tempo o imóvel se encontra outra vez deteriorado. O que agrega valor ao patrimônio é sua vocação para ser usado, aproveitado pela comunidade.

A preservação de nossos bens culturais é um problema de conscientização do povo. Se conseguirmos isso, assim como restaurar a confiança das pessoas na ação do IPHAN, não haverá depredações, como no caso dos Profetas do Aleijadinho, em Congonhas, terrivelmente mutilados pelos turistas incultos. [...] Mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional – até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos. (MAGALHÃES, 1997, p. 192)

Aloísio Magalhães se posicionava sempre a favor da EDUCAÇÃO, como elemento imprescindível para a preservação do patrimônio. Além disso, acreditava que a comunidade tinha de se conscientizar de sua ambiência cultural e era contra a atitude do IPHAN de nem sempre ouvir a comunidade sobre a conservação de seu patrimônio:

Esta postura elitista de tantos anos talvez seja consequência do próprio sistema político brasileiro, no seu sentido histórico e tradicional. A própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. É preciso promover não só a reinserção do objeto cultural na vida como também mobilizar a comunidade para que ela saiba e sinta onde estão esses bens, os pequenos trabalhos, as pequenas ações comunitárias, as pequenas tecnologias, que hoje chamamos de patrimoniais. (1997, p. 187)

Mais recentemente, em 4 de agosto de 2000, foi instituído no Brasil o Registro de Bens Culturais Imateriais, pelo Decreto Presidencial 3551, inspirado nos moldes da UNESCO que, em 2000 proclamou “espaços e expressões culturais como parte do Patrimônio Oral e Imaterial”, explicando que essas formas de expressões culturais tradicionais e populares incluem “idiomas e literatura oral, técnicas corporais e as habilidades. O termo do espaço cultural designa espaços físicos ou temporais onde se leva adiante manifestações culturais, recorrentes, regulares ou ocasionais”. Para Laraia, o novo desafio é “estabelecer uma discussão para clarificar o conceito de bem imaterial e, principalmente, o que fazer para preservá-lo”. (2001, p. 13)

José Reginaldo Santos Gonçalves, em *A Retórica da Perda*, coloca as diferenças entre os discursos sobre o patrimônio por parte dos intelectuais associados à formulação das políticas de preservação. Para esse autor, a idéia básica subjacente a essas práticas preservacionistas seria “a concepção moderna de história como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma cultura, tradição, identidade, ou memória nacional, tendem a se perder” (GONÇALVES, 1996, p. 22). Ele

afirma que os traços do passado, a memória, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade e que “esse processo é considerado de modo unívoco, reificadamente, sem que se leve em conta, de modo complementar, os processos inversos de permanência e recriação das diferenças em outros planos”.

Segundo o ponto de vista desse autor, o efeito dessa visão é o de construir um mito para o processo histórico, que é ligado sempre à destruição do passado e das culturas:

na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de “patrimônios culturais” representativos de categorias e grupos sociais diversos (GONÇALVES, 1996, pg. 26).

Tanto Rodrigo de Melo Franco Andrade como Aloísio Magalhães mostravam em seus discursos que compartilhavam essa mesma visão de “perda”, não obstante Aloísio ter um discurso mais avançado sobre “bens culturais”.

Para Aloísio Magalhães, as alegorias colocadas nos discursos dos responsáveis pelo patrimônio expressam essa situação de perda, mas também combinam a noção de fragilidade e transitoriedade com a de um resgate da identidade nacional. Desse modo, as alegorias inseridas no discurso não somente mostram a ânsia por um passado glorioso e autêntico; elas ao mesmo tempo expõem o seu desaparecimento. “Estruturalmente, trata-se de uma forma de representação que está baseada na própria desconstrução de seu referente”. (GONÇALVES, 1996, p. 32)

As narrativas sobre patrimônios culturais estão baseadas em narrativas históricas ou antropológicas sobre a memória e a identidade nacionais. São narrativas claras e realistas que se referem aos eventos e personagens históricos que formaram o país ou às idéias e valores que fazem a identidade nacional. Embutidas, porém, nessas narrativas estão os mitos e a alegoria, uma vez que ilustram concretamente, por meio de objetos, princípios abstratos. Dessa forma, as idéias e valores classificados como sendo do país vêm a ser ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas, etc.

As estórias narradas por intelectuais nacionalistas sobre o patrimônio cultural brasileiro são, basicamente, estórias de apropriação, narradas para responder a uma situação de perda e com o propósito de construir a nação. O patrimônio é narrado como num processo de desaparecimento ou destruição, sob a ameaça de uma perda definitiva. Essa narrativa pressupõe uma situação primordial feita de pureza, integridade e continuidade, situação esta seguida historicamente por impureza, desintegração e descontinuidade. A história de certo modo, é vista como um processo destrutivo. Nesse sentido, a nação, ou seu patrimônio cultural é construída por oposição a seu próprio processo de destruição. E para fazer frente a essa destruição, estabelecem-se estratégias de apropriação e preservação do patrimônio. (GONÇALVES, pg 32, 1996).

Na conclusão de *A retórica da perda*, o autor afirma que ao interpretar os discursos sobre o patrimônio cultural brasileiro como “estratégias de objetificação cultural” usadas por intelectuais ligados às entidades de preservação, ele não coloca qualquer censura a esses usos, pois

os discursos analisados, assim como os personagens que os encarnaram ‘desempenharam um importante papel na construção de nossa identidade. Foram pessoas que assumiram’ corajosa e dedicadamente a tarefa de trazer para o espaço público os meios simbólicos pelos quais nos temos representado enquanto nação. (GONÇALVES, 1996, p. 136-7).

Ele afirma também que é inevitável que “se objetifique a nação moderna por meio de alguma metáfora”, mas que devemos tomar consciência dessas objetificações que podem ser ações circunstanciais e transitórias de invenção cultural, “viabilizadas pelos códigos culturais a partir dos quais nos representamos coletivamente”. Para ele, os discursos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães representam o patrimônio cultural brasileiro como o efeito de uma tensão entre “o que não é mais e o que não é ainda, e a formação da nação como um processo inconcluso” (GONÇALVES, 1996, p. 139).

HISTÓRIA ORAL, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Atualmente, a história oral tem influído nas disciplinas universitárias e atuado diretamente na conduta de museus e arquivos do mundo inteiro. Para muitas pesquisas sociais, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que pode chegar em termos de confiança. A história oral é um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. É um relato que fornece um material extremamente rico para análises do vivido, pois nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Foi esta metodologia da História Oral e o conceito da Memória que foram úteis para estudar o gestor nativo de Santa Cruz de Goiás, Alberto da Paz. Se houve uma preocupação com a formação de um corpo teórico-metodológico, foi a prática do trabalho de campo que permitiu articular a discussão sobre esta categoria. As informações que formaram o cenário onde nosso ator transita estão contidas em anos e horas de entrevistas, nas mais variadas ocasiões.

É a história pensada a partir de três pressupostos inter-relacionados: pensar o passado a partir do presente, na busca de um entendimento do nosso tempo, dando atenção para a “outra história”. (HOBSBAWVN, 1990, p. 18).

Para Bom Meihy (2000, p. 140), por meio da história oral movimentos de minorias culturais e discriminadas, especialmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes, imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias.

Segundo esse autor citado, uma concepção elitista e alienada da cultura implicava a existência de visões que dissociavam a cultura acadêmica da realidade. Ora, quantas visões de cultura e quantas realidades existem? O que é realmente cultura?

Em *A apropriação da cultura*, Roy Wagner diz que:

Se a cultura fosse uma coisa absoluta e objetiva, então aprendê-la seria a mesma coisa para todas as pessoas, tanto nativos como forasteiros, adultos ou crianças. Mas as pessoas têm todo tipo de preconceitos e predisposições e a noção de cultura como uma entidade flexível e objetiva pode ser útil somente como um tipo de escora para ajudar o antropólogo em sua invenção e compreensão. Para esse e para muitos outros propósitos em antropologia, é necessário proceder como se a cultura existisse de uma forma monolítica, mas para o propósito de demonstrar como um antropólogo obtém sua compreensão de outros povos, é necessário ter em mente que cultura é um suporte. (1981, p 101).

Wagner afirma também que a relação que o antropólogo estabelece entre duas culturas – o que, por seu lado, objetiva e assim cria aquelas culturas para ele – surge precisamente de seu ato de invenção, seu uso de significados conhecidos por ele para construir uma representação compreensível de seu campo de pesquisa. E, segundo ele, o resultado é uma analogia, ou um conjunto de analogias, que traduz um grupo de significados básicos para outro, e pode se dizer que participa em ambos os sistemas de significados, da mesma forma e ao mesmo tempo que seu criador, no caso o pesquisador mesmo. A mais simples, mais básica e mais importante consideração de todas: “o antropólogo não pode aprender a nova cultura e colocá-la ao lado da que ele já conhece, mas deve levá-la com ele para vivenciar uma transformação de seu próprio mundo”. (Wagner, 1981, p. 109)

Segundo Wagner (1981, p. 102), a antropologia é o estudo do homem como se houvesse cultura. Ela é levada a existir pela invenção da cultura, no sentido geral, como conceito, e no sentido específico, através da invenção de culturas particulares. Desde que a antropologia existe através da idéia de cultura, ela tem se tornado um idioma acima de todos, uma forma de se conversar, de se compreender e lidar com as coisas e é incidental perguntar se culturas existem. Elas existem pelo fato de terem sido inventadas e através da eficiência dessa invenção.

De acordo com tais premissas, a história oral seria uma ferramenta muito mais direta e verdadeira do que documentos escritos, onde a possibilidade de invenção se amplia enormemente. Mesmo sabendo que Wagner não quer refletir sobre questões de veracidade dos julgamentos e das análises feitas por antropólogos, não podemos deixar de pensar que no caso da história oral, a possibilidade de se obter relatos mais autênticos é maior.

Portanto, ao fazer uso da história oral, os antropólogos ampliaram enormemente seu campo de ação.

Em *A interpretação da cultura*, de Clifford Geertz (1989, p. 45), encontramos o autor citando Levi-Strauss que dizia que a explicação científica não consiste na redução do complexo ao simples, mas, ao contrário, na substituição de uma complexidade menos inteligível por outra mais inteligível. O autor afirma que o estudo da cultura, ao tentar reconstruir um relato inteligente do que é o homem, tem permeado todo o pensamento científico sobre a cultura desde então. Geertz (contrariando a teoria iluminista) diz ainda que “a imagem de uma natureza humana constante, independente de tempo, lugar e circunstâncias, de estudos e profissões [...] pode ser uma ilusão, que o que o homem é pode estar envolvido com onde ele está, quem é ele e no que ele acredita” (Geertz, 1989, p. 51)... E que, a se acreditar nessa premissa, justifica-se a antropologia e o surgimento do conceito de cultura. Querer traçar uma linha entre o que é natural, universal e constante no homem e o que é local, convencional ou variável é por isso bastante difícil. O que torna o estudo da memória e da história oral ainda mais indispensável.

Geertz (1975, p. 228) diz que em qualquer sociedade particular, o número de padrões culturais geralmente aceitos e freqüentemente usados é extremamente grande, o que torna o trabalho analítico de selecionar apenas os padrões mais importantes e reconstituir quaisquer relações que possam ter uns com os outros uma tarefa vertiginosa. Mas o que pode aliviar essa tarefa é o fato de que alguns tipos de padrões e espécies de relações entre esses padrões emergem em diferentes sociedades. O que significa que as exigências orientacionais que esses padrões servem são genericamente humanas. E Geertz afirma ainda que “os problemas, sendo existenciais, são universais; suas soluções, sendo humanas, são diversas”. (1975, p. 228)

Bom Meihy, em *Manual de História Oral* (2000, p. 20), diz que é importante notar que, em história oral, o coletivo não corresponde à soma dos particulares. A observância do único é básica para se formular o respeito à experiência individual que justifica o trabalho com o depoimento.

Se, de acordo com Geertz, há aquilo que se pode chamar de genericamente humano, para Bom Meihy, o coletivo não corresponde à soma dos particulares, fazendo-se necessária

a observância do único, o que se dá através do depoimento: “as soluções, sendo humanas, são diversas”:

O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente. (GEERTZ, 1989, p. 229).

A história oral de vida subjetiva é a maior promessa da história oral em geral, apesar de mais difícil de ser realizada. A história oral de vida permite a visita a outras esferas da vida, segundo Bom Meihy (2000, p. 63).

Mas Geertz (1983, p. 230), por sua vez, afirma que “mesmo reduzir a tarefa de análise cultural à preocupação apenas com os padrões que têm algo a ver com a caracterização das pessoas individuais a torna ligeiramente menos formidável”. Geertz atribui à falta de um arcabouço teórico aperfeiçoado o fato da análise cultural nesses moldes ficar aquém do desejável. Pois, segundo ele, o que se faz necessário é alguma forma sistemática, em vez de apenas literária ou impressionista, de descobrir como é percebida realmente a estrutura conceptual encarnada nas formas simbólicas através das quais as pessoas são percebidas.

Talvez essa forma pudesse se basear na história oral, ou ter a ajuda da história oral para ser configurada.

Tomando emprestada uma expressão de Joseph Levenson (*Modern China and its Confucian past* (1964), Geertz (1983, p. 271) coloca que o estudo do pensamento é o estudo dos homens que pensam; mas como eles não pensam em algum local especial e sim no mesmo local – o mundo social – em que fazem tudo o mais, a natureza da integração cultural, da mudança cultural e do conflito cultural deve ser procurada nas experiências dos indivíduos.

Ora, as explicações sobre a origem dos povos, crenças referentes às razões vitais do grupo e ao sentido da existência humana como experiência que imita a vida e o

comportamento, bem como o destino dos deuses, semideuses, herói e personagens malditos e históricos são aspectos caros aos estudos das tradições orais, segundo Bom Meihy. (2000, p. 53)

Um exemplo disso pode ser encontrado no próprio texto de Geertz (1983), quando ele analisa as brigas de galo como predominantes na cultura balinesa. Geertz relata uma lenda de Bali para ilustrar essa importância:

Um jogador ficou tão alucinado pela sua paixão por galos que, partindo em viagem, ordenou à sua mulher grávida que se nascesse um menino ela poderia tomar conta, se fosse uma menina deveria ser dada como comida a seus galos de briga. A mãe deu à luz uma menina e, em vez de dá-la aos galos, ela lhes deu um grande rato e escondeu a menina com a avó. Quando o marido voltou, os galos contaram-lhe o que aconteceu, e ele, furioso, procurou a criança para matá-la. Uma deusa desceu do céu e levou consigo a menina. Os galos morreram com o alimento que lhes foi dado e o proprietário recuperou a sanidade: a deusa trouxe de volta a criança, entregando-a ao pai, que voltou para a sua mulher (1975, p. 302).

A tradição oral, portanto, é peça fundamental na compreensão das culturas. Ou, como afirma Bom Meihy, “um conjunto de mitos ajuda o estabelecimento de pressupostos abertos à construção de documentos e análise das tradições orais. Princípios mitológicos, conservados pela tradição oral, orientam a percepção popular sobre o fundamento e o destino das comunidades” (2000, p. 73).

Maurice Halbwachs em *A memória Coletiva* (1990, p. 45) diz:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos. Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos. Se, em certos momentos, sua vida transcorre em meios diferentes, ainda que eles possam, através de cartas, narrações, fazer conhecer as circunstâncias em que se encontravam quando não estavam em contato; seria necessário que se identificassem um ao outro para que tudo o que de suas experiências era estranho a um ou outro, se achasse assimilado em seu pensamento comum.

O que eu entendo como sendo a base mesmo do significado de cultura, ou seja, a experiência compartilhada é que torna o homem um ser social e capaz de gerar cultura,

muito mais importante do que a inevitabilidade biológica, pois os homens, mesmo sendo da mesma espécie, ao vivenciar experiências diferentes, podem ter diferentes reações.

A relação desses excertos de grandes autores com a questão da história oral e da memória, em nosso ponto de vista, é que se os antropólogos de todos os matizes e de variadas escolas podem ter discussões desse tipo sobre cultura, isso se deve ao fato de que vários grupos humanos já foram observados, analisados e estudados em seus diferentes aspectos, muitas vezes através da interpretação de depoimentos orais de indivíduos desses grupos. Consideramos então que a história oral e a memória são as ferramentas para que se possa assumir inclusive posições nessas discussões mais profundas. E essas discussões só se tornaram possíveis porque, subjacente a elas, ou anteriormente a elas, houve estudos e pesquisas sobre raças, identidades, religiões, princípios morais, aptidões, sotaques, gestos e hábitos alimentares, e tudo o mais que faz o universo do homem. A memória e a história oral foram fundamentais para tais estudos e pesquisas.

Estamos, como seres humanos, inseridos de alguma maneira em tribos, grupos, países. O estudo do singular fatalmente nos remete ao coletivo, acredito. E a memória de cada um, a história oral de muitos, iluminam os caminhos para compreendermos os outros e nos compreendermos também.

Roberto Cardoso de Oliveira, em *Identidade, etnia e estrutura social* diz: “Quando Erikson diz que ‘identidade e ideologia são dois aspectos do mesmo processo’, ele está estabelecendo de um lado a condição necessária para o amadurecimento individual e, de outro, a forma seguinte e mais alta de identificação, a saber, a solidariedade que liga identidades comuns numa vivência, ação e criação conjuntas”. (1976, p. 35)

Segundo Oliveira (1976, p. 37), Erikson concebe ideologia como um sistema e define-o como

um corpo coerente de imagens, idéias e ideais compartilhados que, seja baseado num dogma formulado, numa altamente estruturada imagem do mundo, num credo político ou mesmo num credo científico (especialmente se aplicado ao homem), ou num modo de vida, provê os participantes de uma orientação coerente e total, ainda que sistematicamente simplificada, no espaço e no tempo, nos meios e fins.

Nenhum estudo de identidade étnica pode ser cabalmente realizado sem referência expressa às condições de existência geradoras da identidade focalizada, sob pena do pesquisador incorrer no risco de trabalhar com um objeto “solto no ar”. As representações coletivas, as ideologias ou as identidades étnicas somente serão inteligíveis à condição de serem referidas ao sistema de relações sociais que lhes deram origem. Nisto talvez esteja a peculiaridade de um conceito antropológico de identidade. (OLIVEIRA, 1976, p.49)

Para Oliveira, a identidade étnica encontra nas áreas de fricção interétnica um campo realmente privilegiado de investigação.

Ele elabora a noção de identidade contrastiva, colocando-a como a essência mesma da identidade étnica. A identidade contrastiva surge por oposição, implicando a afirmação de nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente. E há inúmeros exemplos da aplicabilidade dessa noção, como no ensaio *O que faz o Brasil, Brazil*, de Gustavo Lins Ribeiro, onde este analisa as reações da colônia brasileira em São Francisco da Califórnia, EUA. “Um indivíduo ou um grupo indígena afirma sua etnia contrastando-se com uma etnia de referência, tenha ela um caráter tribal ou nacional” (RIBEIRO, 2000, p. 76)

Acrescentando, onde o singular se encontra conectado espiritualmente com o geral, o indivíduo pode representar, em seu depoimento oral, a voz de toda uma multidão.

A história oral desta pessoa e deste personagem enquadrado na categoria gestor nativo, Alberto da Paz, da cidade de Santa Cruz de Goiás, na verdade não se limita ao fato de provar, comprovar ou desmentir idéias ou fatos. Falando do passado posicionado no presente, sua narrativa é baseada na recordação e rememoração de fatos já acontecidos. O mais relevante é a sua maneira de analisar a própria experiência e a experiência do grupo no qual se insere, o que ele seleciona e como ordena os acontecimentos, com informações que vão além da palavra falada e que constituem os elementos que justificam sua posição de gestor nativo.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

A festa do Divino Espírito Santo, uma das mais importantes festas brasileiras de cultura espontânea, expressão de catolicismo folclórico, foi trazida ao nosso país pelos portugueses (PEREIRA, JARDIM, 1978, p. 9) e ao adaptar-se ao meio tupiniquim, adquiriu o perfil local, embora conservando sua estrutura fundamental.

A festa do Divino deve se realizar num domingo, cinquenta dias depois da Páscoa, data móvel que pode ser em maio ou nos primeiros dias de junho. Porém, em alguns lugares, a data é escolhida de acordo com as vantagens que possa oferecer. Festas em uma cidade vizinha, por exemplo, são motivos para antecipação ou postergação da festa.

Na liturgia católica corresponde a Pentecostes, isto é, a comemoração da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Ato dos Apóstolos, 2-14 – 'E apareceram-lhe umas línguas de fogo, que se repartiram, e pousaram sobre a cabeça de cada um. E foram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em várias línguas, como o Espírito Santo lhes permitia que falassem'. (PEREIRA; JARDIM, 1978, p. 9)

A Festa do Divino Espírito Santo é um conjunto de cerimônias rituais, coletivas, de caráter comemorativo. Cerimônias no sentido de atos ou série de atos que possuem um significado profano ou religioso. Rituais porque envolvem poderes ou virtudes capazes de produzir determinados efeitos. Coletivas porque se realizam em função da cooperação de toda uma sociedade. De caráter comemorativo porque busca recordar fatos ou acontecimentos tradicionais destas sociedades. Suas cerimônias religiosas são realizadas no âmbito da Igreja católica, sempre carregadas de um profundo sentimento de fé e agradecimento, seja pela colheita farta, seja pela saúde de todos.

Tanto nas festas realizadas no Brasil como nas festas portuguesas, há um traço comum através do tempo: é a função do Divino Espírito Santo de curar doenças, epidemias, peste do gado. Existiu e ainda persiste, na realização da festa, o agradecimento, o cumprimento de promessas por essas curas e a caridade, que se percebe de modo incisivo na distribuição de alimentos.

No Brasil, a primeira notícia da festa do Divino encontra-se no livro do Tombo da Igreja Matriz de Guaratinguetá, folha cinco, ano de 1761. (HERRMANN, 1948, p. 37.).

A primeira referência sobre a festa do Divino no Estado de Goiás é encontrada em Emanuel Pohl, em *Viagem ao Interior do Brasil* (PEREIRA, JARDIM, 1978, p. 40). O autor relata uma festa em Traíras, em 1819, apesar de ter ouvido relatos da realização anterior da festa. Em Santa Cruz, a festa tem mais de 150 anos, mas não existe uma data determinada sobre sua primeira realização.

Para o cristianismo apostólico romano, são três as pessoas da Santíssima Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Esta explicação, que parece tão óbvia, esclarece um equívoco comum em relação à romaria do Divino Pai Eterno, a segunda pessoa da Santíssima Trindade e que acontece nos primeiros dias de julho na cidade de Trindade, próxima a Goiânia. Esta é também chamada de Festa do Divino ou Festa da Trindade. Mas são duas manifestações diferentes de fé.

A festa do Divino acontece em várias cidades do estado de Goiás, com maior ou menor brilho, mas em Santa Cruz é um evento que envolve toda a comunidade e recebe um grande número de visitantes. Como em outras cidades goianas, o sentimento religioso é um traço marcante do santacruzano. Foi a fé, em última análise, que preservou o patrimônio cultural imaterial da cidade, mantendo viva uma celebração e seus rituais através do culto ao Divino, na mais profilática das devoções.

A função caritativa, traço predominante nos atos da Rainha Santa Isabel, que estabeleceu o culto ao Divino em Portugal, permaneceu até hoje como elemento indispensável a todas as manifestações de devoção ao Espírito Santo.

Santa Cruz de Goiás não é diferente e o costume de distribuir alimentos está presente. Cabe ao Imperador o café da manhã do domingo da festa, com grande variedade de bolos, biscoitos e quitandas, sucos, refrigerantes e café com leite, que é servido numa grande mesa montada em frente à Igreja Matriz e oferecido aos moradores da cidade e aos visitantes que ali se encontram, sem qualquer diferenciação de classe ou cor. Em geral, se fazem de garçons e garçonetes os amigos e familiares do organizador da festa. Os componentes da Folia do Divino Espírito Santo, chefiados por Alberto da Paz, cantam o agradecimento da mesa, pedindo vivas e bênçãos para todos os presentes.

A aculturação de europeus com africanos incorporou à devoção ao Divino Espírito Santo os santos dos escravos, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito. Em Santa Cruz a segunda-feira depois do Domingo de Pentecostes é dedicada a

Nossa Senhora e a terça-feira a São Benedito. A festa dos santos negros é uma réplica da festa do Divino, com missa, sorteio dos festeiros e procissão, mas aqui o gestor nativo não participa, ficando a responsabilidade da sua realização nas mãos das Irmandades destes dois santos.

Como em Portugal, aqui também o elemento profano sempre foi ligado ao religioso. Tem a característica de ser uma festa de conagração e solidariedade porque todas as pessoas da comunidade ajudam, ou com esmolas e prendas ou com a oferta de trabalho, na preparação dos enfeites e da comida, sem perder de vista sua função de agradecimento.

Ao chegar a época da festa, o cotidiano da cidade e de seus habitantes começa a ser alterado. As costureiras deixam de aceitar as encomendas costumeiras e passam a dedicar-se à confecção e reforma das fardas dos cavaleiros da Cavalhada. Os funcionários da Prefeitura Municipal dão início à poda das árvores e a pintura com cal dos meio-fios. A Banda de Música Lira 8 de Dezembro retoma os ensaios e os cavalos que vão correr Cavalhada são retirados da lida diária para uns dias de descanso, para que possam estar bem apresentados no dia da festa. A artista mais habilidosa da cidade começa a fazer as máscaras dos cavaleiros da Contradança, feitas com papel de jornal e cola, cada uma com uma expressão diferente; o trançador de vime faz os cestos que, depois de recobertos com papel crepom azul ou vermelho, representarão as cabeças inimigas (mouras ou cristãs) no último dia da Cavalhada.

Nas residências, as donas de casa, suas filhas e eventuais empregadas têm muito serviço. Como em geral os parentes que não vivem na cidade voltam para assistir à festa, sem contar os vários amigos e compadres que também acorrem à Santa Cruz, é tempo de preparar as comidas que são servidas em intermináveis almoços e jantares, muitos ao pé do fogão de lenha.

Os queijos são deixados para curar, o polvilho de mandioca pronto para as quitandas, as almôndegas de carne, cozidas e guardadas dentro da banha de porco, nas latas em cima dos armários e nas prateleiras das despensas. O comércio se organiza, reforçando seus estoques para os dias da festa. A Prefeitura Municipal providencia para que a patrôla, um tipo de trator, deixe as ruas sem asfalto em condições de uso para os carros dos visitantes. A única pousada da cidade, que funciona ao lado do único posto de gasolina, tem suas reservas esgotadas, fato que ocorre só na festa do Divino.

Nestes dias que precedem a festa a presença do gestor nativo se faz notar com mais constância, pois é Alberto da Paz que assume o comando de tudo que não seja oficial ou religioso. É claro que há uma diferença entre as atividades de Alberto da Paz de vinte anos atrás e suas atividades de hoje. Pelo fato de estar quase cego, não tem mais a mobilidade de sair só, andar pelas ruas, entrar nas casas, como fazia. Necessita ter ao lado alguém que o conduza, até porque as ruas centrais de Santa Cruz são calçadas de bloquetes de concreto, o que dificulta sua locomoção.

É sua hora de conduzir os ensaios, repassar os textos de Carlos Magno, do Sultão Mouro e seus respectivos Embaixadores, correr casas e fazendas com a Folia do Divino, cantar na novena, verificar fardas e armas, enfim, cuidar para que a parte profana da festa aconteça a contento.

Aqui cabe um esclarecimento. A época do ano em que ocorre a festa do Divino marca para nós, goianos, o término das chuvas, o tempo das águas e o início da seca, que se estende até meados de setembro. É a entressafra, tempo de muitas frutas, doces e geléias.

Nove dias antes do domingo de Pentecostes têm início as novenas religiosas. Os moradores da cidade erguem altares em suas casas e as insígnias – a coroa e o cetro na bandeja (todos de prata) visitam as nove casas sorteadas para receber o Divino Espírito Santo.

No sábado que precede o domingo da festa, após a procissão que conduz a Bandeira do Divino, é feito o levantamento do mastro, acontecimento muito popular, cujo ritual é acompanhado pela banda de música e por intenso foguetório. No levantamento do mastro em Santa Cruz, a bandeira nele colocada vem de dentro da igreja, em procissão, após a novena e a missa.

O mastro, ao ser levantado, vira, segundo a crença popular, para o lado da casa onde vive o próximo Imperador, que será sorteado no dia seguinte. Em função disto, é grande a torcida para que a bandeira aponte para um lado ou outro. Muitos foguetes acompanham este levantamento.

A madeira do pau do mastro deve ser de uma determinada qualidade, para não vergar e seu corte deve ser feito no quarto de lua ideal. Este processo é dirigido por nosso gestor nativo, Alberto da Paz, que sabe onde encontrar a madeira indicada e o momento de cortá-la.

Na procissão do domingo, dia da festa, o Imperador, com a coroa à cabeça (ou nas mãos) e as insígnias do Divino são conduzidos até a igreja em procissão, dentro de um quadrado formado por quatro moças que levam nas mãos uma espécie de vara, quase sempre recoberta de fita ou pintada nas cores do Divino (vermelho e branco). À sua frente, os estandartes do Divino. Esta procissão é acompanhada pela banda de música, pelos moradores da cidade e seus visitantes, e muito foguetório. A seguir, é rezada missa cantada, solene, com repique de sinos e o Imperador assiste sentado em um trono, especialmente preparado ao lado do altar.

O Imperador da festa do Divino pode ser também chamado de Festeiro. Seu cargo tem a duração de um ano, pois a cada festa é escolhido o novo Imperador que, durante o decorrer dos doze meses que separam um Domingo de Pentecostes do outro, prepara-se para tentar fazer sempre uma festa mais bonita que a de seu antecessor.

Ainda que tenham a mesma denominação de Imperador, o da festa do Divino Espírito Santo não é o Imperador Cristão da Cavallhada. Se o primeiro tem um curto mandato, o segundo permanece em sua função por décadas, como foi o caso de Alberto da Paz. Trabalham juntos na realização da festa, mas se um é oficial, escolhido por sorteio dentro da Igreja e, simbolicamente, no seio da Igreja, o outro é escolhido de maneira informal, primeiro por sua natural liderança e depois por habilidade ao montar um cavalo, tradição familiar e se mantém pelo apoio de seus comandados.

Todos que querem ser Imperadores colocam seu nome em uma sacola para o sorteio durante a missa e depois torcem para que o mastro se posicione para o lado de sua casa, pois é o sinal de que o Divino o escolheu. Após o término da cerimônia religiosa da manhã, em nova procissão o Imperador é conduzido de volta à sua casa, com o mesmo acompanhamento.

Cabe ao Imperador a organização da parte profana da festa, que vai desde o acerto com os foliões, providências para o café da manhã, os fogos de artifício, os grupos folclóricos, até a distribuição das velas para a procissão do encerramento. Esta organização é apoiada por seu Alberto da Paz, que tem os contatos com os grupos (quando não é seu chefe) e consegue com seus amigos tudo que falta em Santa Cruz. Sou uma contumaz doadora de caixas de foguete e botas para os cavaleiros da Cavallhada. Normalmente, estes

pedidos já são acompanhados pelos nomes das lojas e preços, o que inviabiliza qualquer negativa de ajudá-lo.

As chamadas cerimônias profanas também estão imbuídas de um profundo sentimento religioso, em forma de teatro ou dança. Teatro porque é uma manifestação que se traduz em representação, espetáculo ou cortejo, com personagens e vestes característicos e a finalidade, direta ou indireta, de se exhibir a uma assistência. Dança no esquema de participantes colocados e com movimentos de diferentes partes do corpo, conforme ritmos de vozes faladas ou cantadas, toques instrumentais diversos, batidas ou sons obtidos com os pés e as mãos (palmas ou sapateado). A dança folclórica pode ser realizada no interior das casas, seus terreiros e áreas próximas ou nas ruas. Nossas danças brasileiras revelam uma aculturação européia, com especial destaque para o fandango da Espanha e a quadrilha francesa, e uma aculturação africana bantu, em que prevalece o batuque de umbigada de Angola e Congo. (LIMA, ANDRADE, 1983, p. 179)

Os principais folguedos da Festa do Divino em Santa Cruz são os Congos (cortejo e representação de dois grupos que se desentendem em razão de uma festa religiosa); a Contradança (cortejo de dança de cavalheiros e damas, que são jovens travestidos), a Folia do Divino, que pede donativos para realizar a festa e a Cavalhada.

A Congada (ou os Congos) não sai mais todos os anos. Mas a presença de Alberto da Paz era certa entre os Congos, tocando e cantando e, principalmente, “tirando” os versos, ou seja, cantando de improviso à medida que a Congada desfilava pelas ruas ou entrava nas casas. Seus versos contextualizavam o desfile, saudando quem passasse por perto, cumprimentando pelo nome as pessoas que parassem para vê-los passar, homenageado visitantes que passassem pelo cortejo dos Congos.

A Folia do Divino Espírito Santo se constitui de um grupo precatório que percorre as ruas, visitando as casas, realizando o seu giro, a partir do Domingo da Ressurreição até a semana que antecede a festa.

Sua finalidade é tirar esmolas para financiar a festa. Os foliões, quando não têm seus próprios músicos, se fazem acompanhar de uma banda de música. Em Santa Cruz a folia é dirigida por Alberto da Paz, o gestor nativo. Além de ser o cantor, o violeiro e o compositor de suas toadas. Eu acompanhei o giro da folia nas fazendas do município de Caldas Novas, vizinho de Santa Cruz, no ano de 2003. Foi emocionante ver a chegada deste velho folião,

cego, amparado pelos companheiros, mas com uma voz forte e clara, saudando os donos das casas por onde passamos e sendo por eles reverenciado como um antigo e querido companheiro. Já não íamos a cavalo, porque os tempos são outros, mas a Kombi que nos levou completou o giro da folia e voltou cheia de donativos. Como sói acontecer, carregando o folião que detesta ouvir um não.

O grupo de foliões leva a bandeira do Divino, sempre reverenciada e beijada por onde passa. Em geral, seus instrumentos são: violas, violões, harmônicas, caixas e pandeiros. A folia pode ser chamada de bandeira e o número de participantes varia de acordo com a disponibilidade pessoal de cada um, podendo ter mais ou menos elementos.

Na cidade, de casa em casa, percorre ruas centrais e bairros, sendo seu périplo percorrido a pé. Possui canto de chegada, de peditório, de agradecimento e de despedida. Algumas folias, entretanto, só cantam a chegada e a saída. Também há versos de pedir pouso, quando é necessário que os foliões durmam na casa ou fazenda em que fazem a última parada do dia, e de agradecimento de mesa.

A folia da zona rural sai, quase sempre, três meses antes da festa e regressa às suas vésperas. A da cidade sai no domingo da Ressurreição e leva dois ou três dias para cumprir o seu "giro".

É comum os homens usarem opas vermelhas ou simples camisetas, com os nomes do imperador ou dos festeiros gravados. Os donativos podem ser em dinheiro ou em prendas para o leilão, como galinha, frutas, ovos, etc. Na zona rural, onde a bandeira pousa, à noite, há reza e depois cantos e danças. Pouso de folia na roça acaba em baile (arrasta-pé de levantar poeira) e seu Alberto da Paz, que se diz um grande dançarino, costuma dançar até o sol nascer.

A bandeira do Divino Espírito Santo, quando a folia chega a uma casa, é entregue pelo seu chefe ao dono da casa, que a recebe e é beijada por todos e levada aos aposentos da casa, para abençoá-los. Passa pela despensa para garantir fartura, pelo quarto de um doente, para curá-lo, sobre a cabeça dos desajuizados para lhes trazer juízo e sobre os esposos que não se entendem, a fim de que vivam bem.

O folguedo folclórico mais conhecido de Santa Cruz de Goiás é, sem dúvida, a Cavallhada (ou as Cavallhadas). E é nesta representação da luta de Carlos Magno e os Doze Pares de França contra os sarracenos, na Península Ibérica, e suas tentativas e batalhas para

expulsá-los, que é possível perceber a presença forte e constante do gestor nativo, aqui também como participante.

Mas, como a criação e a aceitação espontâneas caracterizam o fato folclórico, Carlos Magno pode ser chamado de Alexandre Magno; os Doze Pares de França podem ser dez ou quinze pares; pode existir a presença de uma princesa para ser roubada e depois libertada pelos cristãos, como é o caso de Angélica, das Cavalhadas de Santa Cruz de Goiás.

A princesa sempre é uma moça da cidade, bonita, jovem e solteira. O critério para a escolha da princesa, como tudo em Santa Cruz, era do gosto pessoal do cristão mais importante, outra vez em cena Alberto da Paz.

A Cavalhada é corrida durante dois dias, com músicas especialmente compostas para seu acompanhamento e assistida de arquibancadas especialmente construídas ao redor do campo das escaramuças, onde se reúnem as famílias e os inúmeros visitantes que vão até ali para assistir esta guerra em que tudo dá certo no final. A construção destas arquibancadas era uma necessidade que os moradores da cidade haviam detectado há anos e após vários e insistentes pedidos, a Prefeitura municipal construiu uma parte e o Governo do Estado a outra. Uma torcida apaixonada acompanha e vibra com seus preferidos, apesar de conhecer bem o final da guerra: os cristãos vencem os mouros, que são batizados. Depois de todos abrigados na mesma fé, disputam juntos um torneio de jogos, que incluiu a famosa corrida das argolinhas, que consiste no cavaleiro investir contra um mastro, lança em riste, a toda velocidade, para tentar tirar de um golpe uma pequena argola de metal, que é oferecida como homenagem a um assistente do espetáculo.

Alguns traços comuns persistem nas Cavalhadas em todo o Estado de Goiás, no Brasil e em várias partes do mundo, como na Espanha: a riqueza das indumentárias, tanto dos cavaleiros como dos cavalos; a cor azul representando os cristãos e a cor vermelha, os mouros; as escaramuças após o batismo dos infieis, lembrando os torneios medievais; as torcidas dos assistentes e a montagem de “camarotes” para convidados especiais e, principalmente, a destreza dos cavaleiros e seus animais.

Falar sobre a participação de Alberto da Paz nos folguedos da festa do Divino Espírito Santo de Santa Cruz de Goiás é falar de cada um deles, pois nos Congos havia a contribuição de seu Alberto nos instrumentos e nos cantos, visto haver composto várias das músicas cantadas pelos foliões; ensinou os dançarinos da Contradança a bailar e trocar seus

pares ao ritmo das marchas; na Folia do Divino é ainda hoje o violeiro e o puxador dos cantos. Mas seu papel de maior destaque sempre foi na Cavallhada. Durante o mais de meio século em que foi cavaleiro, criou um estilo de correr, de montar, de comandar seus soldados cristãos. Foi seu esforço que manteve vivo um evento que confere ao povo santacruzano a marca da sua identidade, o bem mais precioso de seu patrimônio cultural. É seu esforço continuado que permite aos novos aprender a correr Cavallhada, ensaiando a pé no quintal de sua casa, não permitindo que seus aprendizes corram com os ombros caídos e as fardas desalinhadas. Não me perguntem como ele pode *ver* estes detalhes. Não saberia explicar.

Como o que caracteriza o folguedo é exatamente a intenção de se exibir para uma platéia, para que esta exibição seja perfeita são necessários ensaios.

Os ensaios das Cavallhadas e da Contradança acontecem nove dias antes da festa e coincidem com o início das novenas religiosas.

Nestes nove dias, antes de nascer o dia, sai pelas ruas um caixeiro batendo sua caixa e despertando a população para as orações. Ao mesmo tempo chama os cavaleiros para o dia de trabalho. O toque da caixa remete ao tropel de cavalos.

O antigo caixeiro da cidade, já falecido, Joviano Lobo, o Tuca, foi quem fez a caixa que ainda hoje está em uso, utilizando materiais como madeira, couro, cordão e chocalho de cobra cascavel.

Ensinou o ofício a seu filho, Benedito Lobo, o Dito do Tuca, que por sua vez o ensinou a seu filho, Joviano como o avô, e através da transmissão oral é preservado este saber-fazer tradicional, contribuindo para o reforço da identidade e a preservação deste patrimônio cultural que é tão valorizado em Santa Cruz de Goiás.

Além da caixa, outros instrumentos como reco-reco e triângulo foram sendo incorporados e o novo grupo passou a ser reconhecido como "batuque".

Benedito Rodrigues Damaso comanda esse batuque, que muitas vezes é acompanhado pela população. Num processo de criação e aceitação espontâneas, muitas pessoas se levantam e oferecem o café para os batuqueiros. Que pode ser, inclusive, uma farofa de frango ou outra carne e um arroz branco. Essa farofa é servida às seis horas, quando finda o batuque naquele dia.

O ensaio da Contradança é feito na porta da igreja, depois da novena e do leilão. Ou no quintal da casa de Alberto da Paz, quando este não pode ir até a Igreja.

O ensaio das cavalcadas pode ser realizado num pasto da fazenda de Nice Serradourada, nascida e moradora da cidade, grande amiga do Albertão e avó do cavaleiro cristão que o próprio Imperador Cristão escolheu para substituí-lo na corrida de Cavalcada.

Ou no campo de futebol da vila, (uma pequena vila de casas populares construída às margens da rodovia que corta a cidade), à tarde; os cavaleiros treinam os cavalos e todas as corridas e escaramuças, pois tem que haver uma perfeita sintonia entre animal e cavaleiro.

O ensaio tem público cativo, que aplaude e solta fogos, até porque os cavalos precisam acostumar-se com os foguetes.

O papel de seu Alberto, mais uma vez, é relevante, pois a ele cabe passar aos cavaleiros iniciantes as instruções e o esquema das corridas. Há um ensaio “à pé” no pátio de sua casa, para que todos possam gravar sua atuação. O ensaio no pasto, como era feito, também era dirigido por ele.

Para cada dia do ensaio é escolhido um “coronel”, que fica responsável pela comida e bebida dos cavaleiros. Terminado o ensaio, o “coronel” do dia monta em um dos cavalos e acompanhado por todos os cavaleiros, segue para um bar ou até sua residência, onde é servida a comida e a bebida. O agradecimento vem em forma de gritos de Viva o Coronel! Terminada a “janta”, o rei mouro e o imperador cristão agradecem ao coronel em nome de seus exércitos. Este ritual é diário e ser escolhido coronel é considerado uma honraria.

O "coronel", às vezes, pode ser uma pesquisadora que recebe os cavaleiros na casa cedida pelo amigo Albertão.

Quando tem início a semana da festa, um comércio paralelo se instala na cidade para acompanhar a festa, com barraquinhas que vendem brinquedos, comidas, bebidas e roupas. Além das barracas de diversão: tiro ao alvo, jogos, apostas.

A preparação para a festa do ano seguinte começa tão logo a anterior termina. É necessário devolver tudo que foi emprestado, desde os cavalos até as espadas e revólveres, cedidos pela Polícia Militar do Estado. Nos quinze dias que a antecedem, o gestor providencia as pessoas que irão cuidar das fardas das Cavalcadas e das roupas da Contradança. O empréstimo destas armas é um costume da P. M., e não só para Santa Cruz

de Goiás, mas para outras cidades que solicitam o seu apoio. Até cavalos já foram cedidos para apresentação de Cavahada em outros Estados. Em 1980, para a exibição da Cavahada de Pirenópolis em Brasília, patrocinada pela extinta SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), a Polícia Militar cedeu alguns cavalos e o caminhão para o transporte até a Capital Federal. O caminhão, entretanto, era muito grande e no centro histórico de Pirenópolis, ao fazer uma manobra para sair, derrubou um transformador de energia elétrica, deixando a cidade às escuras por vários dias.

As fardas da Cavahada são confeccionadas em veludo e bordadas com lantejoulas e pedrarias, são em estilo militar e o bordado, se não tiver um molde, vai depender da criatividade da bordadeira. O chapéu segue o mesmo estilo e também é feito em veludo e bordado com pedrarias e lantejoulas.

Nas costas do casaco dos cavaleiros mouros (vermelhos) é pintado ou bordado um dragão e nas costas dos cavaleiros cristãos, um carneiro ao lado de uma cruz.

As fardas e os chapéus da Contradança são confeccionadas em cetim vermelho e bordadas com lantejoulas e pedrarias.

As máscaras da contradança são feitas por uma artista local que confecciona um molde de argila no formato de um rosto, e sobre ele modela estas máscaras com papel de jornal e cola que, depois de secas, são pintadas com tintas coloridas, tendo cada uma expressão diferente. A santacruzana que se dedica a este trabalho é Ana Maria Brasileiro.

Na Contradança os rapazes que se vestem de mulheres para fazer com os mascarados pedem roupas e bijuterias emprestadas das mulheres da cidade, de preferência coloridas ou estampadas.

A arreata e os enfeites dos cavalos são confeccionados em veludo ou cetim.

A peça que cobre a garupa do cavalo é o charel; no pescoço a crineira; essas duas são enfeitadas com fitas, franjas e bordados com pedrarias e lantejoulas. No alto da cabeça do animal, vai o chorão, feito de ferro, enfeitado com fitas e penachos. No peito do cavalo é colocado um peitoral de guizos, que produz um som característico com o movimento do animal.

Na ponta da lança enfeitada de fitas usada por todo cavaleiro é colocado um triângulo de ferro, pintado de prata pelos cristãos e de dourado pelos mouros. Momentos

antes de se dirigirem ao campo, os cavaleiros pintam os cascos de seus cavalos, prateados para os cristãos e dourados para os mouros.

Os cavaleiros usam botas negras de cano longo e calças brancas com galões nas laterais.

A CAVALHADA DE SANTA CRUZ DE GOIÁS

É interessante conferir como é feita a transcrição da Cavallhada e do seu embasamento histórico a partir da leitura de Alberto da Paz.

Através de Bourdieu (1989) e dos conceitos de “história objetivada” e “história incorporada” é possível a compreensão da existência de dois estados da história ou do social:

a história em seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito (...) e etc (...) e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. (...) produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico. (BORDIEU, 1989, p.82).

Para Bourdieu, os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas (...) mas também são sistemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão. (1996, p. 22).

por sua própria etimologia, *habitus* é o que foi adquirido, devia significar muito concretamente o princípio das ações ou das representações e das operações de construção da realidade social, pressupostos por elas, não é um sujeito transcendental, envolvendo categorias universais. (BORDIEU, 1996, p.158)

Assim, o *habitus* ou a história incorporada,

além de possibilitar o rompimento com a representação metafísica do tempo e da história como realidades em si, exteriores e anteriores à prática (...) essa teoria da prática possibilita fundamentar antropologicamente a lógica real da reprodução social: longe de ser um produto de um processo mecânico, a reprodução da estrutura só se realiza com a colaboração de agentes que incorporam a necessidade sob a forma de *habitus* e que ainda são produtores, mesmo que sejam, consciente ou inconscientemente, reprodutores. (BORDIEU, 1966, p. 101).

Em Santa Cruz de Goiás, é a história objetivada que se relaciona com o patrimônio cultural imaterial e a Cavallhada, mas as atitudes é que permitem a apropriação. Aqui, nesta cidade, é a partir da história incorporada é que é possível uma análise da Cavallhada.

A Cavallhada de Santa Cruz de Goiás é corrida no “Centro Folclórico Tio Negrinho” no sábado, dia de Nossa Senhora do Rosário, às 15:00 horas e no domingo, dia do Divino Espírito Santo, às 14:00 horas. A data não é fixa e coincide com o calendário católico.

Para os participantes, as Cavallhadas representam as Cruzadas. A saga de Carlos Magno para expulsar da Península Ibérica os infiéis, os que professavam a lei de Mafoma¹³, que não aceitavam o Filho de Deus.

Todos os anos o ritual se repete. Assim, no primeiro dia, todos os cavaleiros vão até a casa do Rei Assírio, para buscar o seu sultão, e dali seguem para o Centro Folclórico Tio Negrinho.

O mesmo acontece com o exército cristão, que depois de buscar o Imperador Carlos Magno, vai até a casa da Princesa Angélica e depois para o Centro Folclórico.

Os cavaleiros cristãos acrescentaram ao seu ritual uma passagem pela porta da casa do antigo Imperador Cristão, Alberto da Paz, e o fazem com os revólveres encostados na testa, num gesto de muito respeito. E ele os espera de pé, na calçada e os saúda igualmente, pedindo ao Divino Espírito Santo que os guie para que nada de mal lhes aconteça.

Quando os dois exércitos se encontram, os cavaleiros, tanto mouros como cristãos, com a princesa, se dirigem ao centro do campo para pedir a bênção e proteção de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo para todos os componentes das cavallhadas. Este é um momento emocionante e vários cavaleiros choram.

¹³ Mahoma (570 d.C. – 632 d.C.) Nacido em la Meca, ciudad de Arábia Occidental, bajo el seno de los qurays, que fue una tribu, especializada en el comercio de caravanas que constituían la mayor parte de la población. Mahoma quedó desde muy temprana edad huérfano, su padre Abd Allah falleció antes que el naciera y su madre Amina muere cuando Mahoma tiene seis años de edad. Recibe el nombre de Mahoma debido a un sueño que había tenido su abuelo. Fundador de la religión Islámica, es el último y más grande de los profetas. Fue reconocido como tal por hombres santos y eruditos judíos y cristianos, que afirmaban que su condición de profeta quedaba indicada por ciertas marcas en su cuerpo y por señales milagrosas de su naturaleza. En el 632, Mahoma viajó por última vez de Medina a Meca para realizar las ceremonias de peregrinaje. Tras el regreso a Medina, falleció al caer enfermo. Fue sepultado en su casa de Medina. En los alrededores de su tumba se construyó la segunda mezquita más importante del Islam.

In: [http:// www.liderazgoyamercadeo.com/bio/mahoma.asp](http://www.liderazgoyamercadeo.com/bio/mahoma.asp)

A pesquisadora acredita que a palavra Mafoma é uma corruptela de Mahoma.

É o momento em que a função religiosa é reafirmada, reportando à festa em Portugal.

Antes do início das corridas, as bandeiras que os cavaleiros levam no cortejo até o campo são entregues a políticos e homenageados, que são escolhidos por eles com antecedência: bandeiras do Brasil, de Goiás, de Santa Cruz de Goiás, do Divino Espírito Santo, do exército mouro e do cristão.

A tomada da princesa dá início à Cavallhada.

Alberto da Paz não permitia que a princesa montasse em arreio ou sela e a ensinava a montar em silhão¹⁴.

O imperador cristão sai de seu castelo com a princesa, dando a volta em todo campo, ao som de uma valsa executada pela banda de música Lira 8 de dezembro. É abordado pelo rei mouro que lhe diz: “De longas terras eu conduzo, intrépido e valoroso cavaleiro; procuro-te, somente para saber quem tu és, tão ricamente montado, trajado e com tão belo armamento, cavalgando um lindo e fioso corcel, e de dar com tão linda e formosa dama”.

Ao que o imperador cristão responde: “Eu sou Carlos Magno, dos heróicos príncipes da Europa o valoroso. Sou imperador da França, e de toda cristandade, professo a lei de Cristo e adoro as três Pessoas da Santíssima Trindade, Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, Três Pessoas Distintas e um só Deus verdadeiro. Aqui estou dando vistas ao meu Paço, e tendo-te dito quem sou desejo saber quem tu és”.

Rei Mouro: “Eu sou Assírio, príncipe de Cairo, sultão do Egito, imperador do mundo e de toda cristandade. Sou filho de grão-sultão do Egito, senhor das terras dos mouros. Sou aquele potente turco que domina o céu, a terra e toda força humana. Aqui venho sob os sábios encantos de minha fé, mas não busco ofender-te, venho apenas para levar em minha companhia a linda e formosa princesa, que tu trazes em teu majestoso castelo, pois por esposa desejo possuí-la”.

14 [De silha + -ão.]

S. m. Sela grande, com estribo apenas em um dos lados e um arção semicircular apropriado para senhoras cavalgarem de saia. [Cf. cilhão.] . In: Novo Aurélio – O Dicionário da Língua Portuguesa -Século XXI, Versão 3.0. Editora Nova Fronteira.

Imperador Carlos Magno: “Muito estimei encontrá-lo. E visto ao nosso encontro peço-te que abandones a lei de teu profeta Mafoma, e abrace a verdadeira lei de Nosso Senhor Jesus Cristo. Batiza-te tornando-te um verdadeiro cristão; se isso fizeres, te darei grande honra, metade do meu vasto império, me terás por amigo, pronto com todo meu exército cristão para ajudar-te a defender de teus inimigos, isto se fazendo, te darei esta princesa como esposa; pois um turco pagão e infiel não pode por lei, esposar uma princesa cristã”.

Rei Mouro: “Eu não quero as tuas honras e nem troco as minhas por elas. Só quero levar em minha companhia, a linda princesa para minha esposa, mas já que isso recusas, previno-te que, por trás daqueles montes está oculto um poderoso exército, pronto para lutar. Assim sendo entrega-me a princesa, ou tua vida será ceifada pelo fio de minha espada” (ao terminar de falar saca da espada).

Imperador Cristão: “Sultão, esta tua sabedoria, esta tua arrogância e fantasia, não se acaba com palavras, mas, com duros golpes do fio de minha espada. Previne-te para enfrentar o mais temido e mais valente cavaleiro da França”.

O imperador despede-se da princesa, saca da espada e luta com o mouro, quando chegam os soldados do exército mouro e conseguem raptar a princesa, levando-a para o castelo mouro.

O segundo momento das cavalhadas é denominado de: “Espia dos mouros”. Um mascarado vai até o centro do campo e se esconde atrás de umas folhagens que leva nas mãos, para espionar o exército mouro e um dos soldados mouros, descobrindo-o, sai da formação em que estão todos para matá-lo, dizendo: “Oh! Que vulto é aquele que vejo além, será algum traidor? Algum miserável espião, que pretende despertar o meu monarca? Se és traidor juro pelo fio da minha espada que lhe darei uma descarga”. Saca do revólver e atira no espião. Apeia do cavalo, tira a espada e fere o espião, mostrando ao público o sangue do espia.

Os cavaleiros do exército cristão, acompanhados pelos amigos do espião, mascarados também, vêm e recolhem o companheiro morto. Este momento, que deveria ser trágico, se transforma em cômico, porque os mascarados, que são chamados palhaços, choram e gritam pelo companheiro morto, usam como lenço para enxugar suas “lágrimas”,

lençóis manchados de sangue, rolam no chão, arrancam as perucas que usam, ou seja, transformam numa performance inusitada o choro pelo espia.

Os dois exércitos se encontram no centro do campo e a guerra é declarada entre eles.

Rei Assírio: “Meus invencíveis guerreiros, os cristãos vizinhos nos incitam a lutar, juremos pelo Alcorão, morrer ou vencer por Mafoma. Em nome do profeta Mafoma, rendei-vos, ou terás de morrer em nossas mãos, e nadaremos em rios de sangue cristão”.

Imperador Cristão: “Os guerreiros da Cruz de Cristo, não se rendem jamais, que a vitória seja sempre do céu, aceitamos o desafio, mouros condenados, preparai-vos e defendei-vos”.

As armas usadas são a lança, o revólver com balas de festim e a espada.

No primeiro dia as corridas, que também são chamadas escaramuças, são:

- Defesa da praça;
- Defesinha;
- Segundo Batalhão;
- Quatro fio;
- Quinze encontro;
- Princesa Angélica;
- Tórneo de todos.

A segunda escaramuça ou corrida, a “Defesinha”, era individual, mas em 1999 os cavaleiros decidiram corrê-la com dois soldados de cada exército, para não ficar cansativo para o público presente.

Findas as escaramuças do primeiro dia, o rei Assírio envia seu embaixador para pedir vinte e quatro horas de tréguas, para descanso de sua pessoa e de seu exército.

A transcrição que apresento aqui é fiel ao texto que Alberto da Paz entrega aos cavaleiros e que diz ser do tempo de seu pai, mas não sabe quem o escreveu. Mas bem se diz que quem conta (ou escreve) um conto, aumenta um ponto. O texto escrito e distribuído entre os cavaleiros mouros e cristãos, sempre havia um acréscimo de uma frase ou outra por conta da criatividade de Alberto da Paz. Nos últimos quatro ou cinco anos, os dois reis, mouro e cristão, acharam por bem gravar este texto em um estúdio e durante as embaixadas, rodar um CD com os diálogos, com o som amplificado pelas caixas que são instaladas no campo. Foi uma providência que beneficiou principalmente aos espectadores

do espetáculo, que ficavam sem entender o que se passava no meio do campo de batalha, enquanto reis e embaixadores discutiam suas posições. É um benefício tecnológico que foi incorporado ao folguedo sem que sua essência se modificasse, ou sem que fosse uma decisão tomada por pessoas alheias ao grupo de cavaleiros ou alheias à cidade. E que reforça o viés dinâmico do folclore e da cultura.

Rei Assírio a seu embaixador: “Valoroso capitão; temido cavaleiro deste meu exército mouro, reconhecido em toda Mauritânia e impérios vizinhos, venhas a minha presença”.

Embaixador: “Grande e esclarecido rei, eis-me, pronto para servir”.

Rei Assírio: “Reconhecendo em ti um valoroso capitão, audacioso e temido cavaleiro, vós que é reconhecido em toda Mauritânia, ordeno-te que como embaixador, vai até às terras da França e no Paço Imperial, depois da reverência, digas ao imperador Carlos Magno, que por ti te mando minhas saudações, que desejo que gozes em todos reinos e domínios, boa paz e quietação. Que teu grande e poderoso monarca, filho do Grão-Sultão do Egito, senhor das terras do mouros, manda te dizer que mais brilham os raios de minhas estrelas, do que a luz do próprio sol. E quer saber por qual raio, qual lua, qual sol, estrela ou seita que neste mundo ele é tão temido e que mando te pedir vinte e quatro horas de tréguas para o descanso de minha pessoa e de meu exército. Que por lei me hás de ser concedidas que, vencidas elas, em campo estou e em campo espero. Mando-te, que abandones a lei de teu imaginário Cristo que adoras e venhas abraçar a lei de meu profeta Mafoma. Se isto te negares ouvirás o bronze gemer, o som de nossos alfanges romper o ar, o poder de Mafoma triunfar, o sangue de cristão correr em mar e brevemente serão nossos prisioneiros. Da boca vermelha de nossos canhões nascerá a sentença tremenda de cada cristão. Pois tuas cabeças serão cortadas e hasteadas na torre do meu castelo. Desta embaixada quero a resposta. Segue, embaixador amigo”.

Embaixador: “Senhor, enquanto o meu coração bater dentro do peito, e o sangue correr em minhas veias, cumprirei tuas ordens”.

O Embaixador mouro se afasta e encontra os cavaleiros cristãos no centro do campo.

Cavaleiro Cristão: “Quem és tu cavaleiro, de onde vens? Que buscas nas terras da França? Estás em busca da morte?”

Embaixador Mouro: “Sou embaixador do rei Assírio, senhor das terras do Egito, que levo embaixada ao teu senhor Carlos Magno, e dito quem sou, peço-te licença para entrar”.

Cavaleiro cristão: “Já que gozas de imunidades de embaixador, entre, mas entre seguro, não como um impostor”.

O mouro vai até o Imperador Carlos Magno e lhe transmite a embaixada encomendada.

Imperador Cristão: “Foste um audacioso temerário no cumprimento de teu dever, se não fora tua imunidade de embaixador, tua resposta seria a morte. Voltas e digas a teu Rei, que recebi tuas saudações, o que retribuo de modo igual. Que recebi também uma louca e desmedida embaixada, que por lei, está concedida as vinte e quatro horas de tréguas que manda pedir para o descanso de tua pessoa e de teu exército. Mas que dele não aceito nenhum partido. Que amanhã, vencidas as vinte e quatro horas, em campo estarei e te darei tão cruel batalha, é porque as coisas santas, por isso me curvo nem diante do bronze e minha espada é invencível. Audacioso cavaleiro, se não tivesse o privilégio de embaixador, o que nos é pela lei de Cristo, religiosamente usamos respeitar, passar-te-ia, pelas armas e ficaria como lembrança o troféu de guerreiro, tua cabeça cortada e hasteada na mais alta torre de nosso castelo. É minha resposta. Retiras-te de minha presença”.

Embaixador mouro: “Retiro-me sim, não por temer vossas ameaças, mas sim para cumprir as ordens de meu monarca”.

Retornando a seu castelo, ouve a resposta de seu rei.

Rei Assírio: “Cumpriste com muita dignidade e coragem a tua missão. És de fato um valoroso capitão e valente cavaleiro. Venha para o castelo”.

Assim termina o primeiro dia das Cavalhadas, dedicado aos embates diplomáticos. Os cavaleiros mouros, levando consigo a princesa cristã, passam em frente ao castelo cristão atirando e prometendo voltar no dia seguinte. Logo em seguida os cavaleiros cristãos saem do campo.

A princesa entra no campo de batalha no primeiro dia das Cavalhadas vestida de azul, que é a cor dos cristãos. Roubada pelos mouros, volta no segundo dia com um vestido vermelho. O cavalo que leva a princesa é arreado com um silhão, que é a versão feminina do arreio ou da sela de montaria. O papel de princesa da Cavalhada é almejado e disputado.

A escolha da jovem que será o motivo de tão sangrenta guerra passa pela decisão de Alberto da Paz, que faz o convite em nome dos cavaleiros.

Ao terminar o primeiro dia das Cavalhadas, seu Alberto voltava à sua casa e reunia os amigos mais chegados e os parentes para uma roda de truco, que terminava invariavelmente em modas de viola e cantoria até tarde da noite. Era o momento de descontração e dos comentários sobre o que havia acontecido no campo naquela tarde. Implacável, os comentários de Alberto da Paz não poupavam um só cavaleiro mouro. Com os cristãos sempre foi condescendente. Só não admitia “bagunça” entre seus comandados e se alguém não seguisse o regulamento estabelecido, no ano seguinte haveria cavaleiro novo entre os cristãos.

O segundo e último dia das Cavalhadas obedece ao mesmo ritual. O último cavaleiro, o cerra-fila, tanto cristão como mouro, sai de casa e vai buscar o penúltimo companheiro. Estes dois, juntos, vão à casa do antepenúltimo e assim sucessivamente, até que se encontram todos na porta de seus respectivos reis. Juntos, fazem a guarda da princesa até o campo de batalha.

Os primeiros a entrar no campo são os cavaleiros cristãos e em seguida os cavaleiros mouros, acompanhados da princesa que continua sua prisioneira.

Após as orações habituais e a entrega das bandeiras para outros homenageados, começa o segundo dia da batalha.

Novamente há um espia no centro do campo, que é percebido por um cristão.

Cavaleiro cristão: “Oh! Que vulto é aquele que ali vejo, reluzindo entre bruscos e verdes arvoredos, julgo ser um inimigo traidor, que vem espionar o nosso exército, mas juro pela cruz da minha espada que lhe darei uma descarga”. Após atirar, o cavaleiro desce do cavalo, saca da espada e simula sangrar o espião, retirando-se em seguida.

Antes de retirar o espião morto, o rei Assírio caminha até o centro do campo e diz: “Que dia mais infeliz e funesto esse de hoje para mim. Ver o meu companheiro morto e desolado, teu cadáver sobre a terra estirado. Levanta-te companheiro, se acaso dormes; vem comigo ao campo pelear. Morto? Oh! Fatalidade, juro pelo punho de minha espada, tantas vezes gloriosa, que tua morte será vingada. Olá soldados da minha guarda, venham quatro ou mais soldados buscar o nosso companheiro”.

Os soldados, junto com vários palhaços, retiram do campo o companheiro morto.

O imperador cristão chama a sua presença seu embaixador.

Imperador Cristão: “Oh, meu nobre embaixador, venhas à minha presença”.

Embaixador cristão: “Muito alto e esclarecido imperador, aqui está o teu leal cavaleiro, muito bem armado, para dar cumprimento ao que manda-me fazer”.

Imperador: “Meu muito amado e estimado cavaleiro, a Deus o encomendo muito, e te peço de todo coração que nos livre de todos os perigos e tormentos, assim como livraste o profeta Jonas do ventre da baleia. Vá nas terras do Egito com todo respeito e reverência, no Paço do Rei Assírio e diga-te: “Que teu grande e poderoso imperador Carlos Magno, por ti vos mando minhas saudações, que goze de todos reinos e domínios de boa paz e quietação. Que já estão vencidas as vinte e quatro horas de tréguas que por lei concedi, para o descanso de tua pessoa e de teu exército. Que sou Carlos Magno, cuja fama de minhas valorosas armas enche o universo, levando o temor, o terror e a morte de pólo a outro. Por ti mando dizer que abandones a lei deste ídolo imaginário a quem adoram e que dão o nome de Mafoma, que por tantas vezes os tem traído e abandonado, e abracem a lei de Cristo nosso Deus, Deus de todo universo. Se isso fizeres, me terás por amigo, haverá festa e alegria entre o povo e toda monarquia, e só ficarás pagando um pequeno tributo. Se não aceitares minha proposta, já fiz um juramento de dar-te uma cruenta batalha sem tréguas até vencer, prender e levar ao santo batismo. E desta embaixada, eu quero a resposta. Vai-te meu nobre embaixador, nada te acontecerá, lei de Mafoma não te prenderá”.

Embaixador cristão: “Imperador, o som de tua voz me enche e o teu braço direito, é o terror de todo o Egito, enquanto meu sangue nas veias correr, cumprirei tuas ordens”.

O Embaixador cristão encontra os Mouros no centro do campo.

Mouro: “Quem és tu cavaleiro, que atrevidamente entra na divisa de terras do Egito, és embaixador ou impostor?”

Cristão: “Venho das terras da França sou embaixador do Imperador Carlos Magno, que levo uma embaixada ao Rei do Egito, peço-te licença para entrar”.

Mouro: “Gozas de nossos respeitos, será recebido pelo sultão, mas entre seguro ou então morrerás”.

O Embaixador cristão transmite toda a embaixada ao Rei. Recebe a seguinte resposta: Rei mouro: “Cumpriste com grande audácia o teu dever, voltas embaixador, e digas ao teu imperador, que não temo tuas ameaças, nem teu valoroso exército. Que de

peito a peito, de braço a braço te darei tão cruel batalha que nadaremos em rio de sangue cristão. E tu audacioso cavaleiro, se não tivesses o privilégio de embaixador, esmagar-te-ei sob as possantes patas de meu cavalo, de ti nada mais existiria, senão a sombra ou a memória. É esta minha resposta. E retira-te de minha presença”.

Embaixador cristão: “Oh! Grande rei das terras do Egito, abundante em falsidade, não penses tu senhor, que por me ver debaixo destas bandeiras e em frente a esta fileira de tropas sem valia que tu tens. Retiro-me sim, mas não por vos temer, é para dar cumprimento às ordens do meu imperador.

O cavaleiro volta para seu castelo e diz ao imperador.

Embaixador cristão: “Imperador, fui onde vós me mandaste, em cumprimento as vossas ordens, aquele rei bárbaro muito me maltratou, manda te dizer que não teme tuas ameaças, nem o vosso poderoso exército, que de peito, de braço a braço, te dará tão cruel batalha, que nadará em rio de sangue cristão e que não aceita nenhum partido. Suspeitou teu procedimento e injuriou teu cetro e tua coroa”.

Imperador: “Sempre foste de minha confiança, mais uma vez provaste tua lealdade. Venha para o castelo”.

Tem início o segundo dia de batalha, com as seguintes escaramuças:

- Defesa de praça;
- Lanças de fogo;
- Coroa imperial;
- Cabeça;
- Fogo nos castelos.
- Argolinhas.

Foi na forma de jogo de argolinhas que as cavalcadas entraram em nosso país. (PEREIRA, 1983, p. 17) O Príncipe João Maurício de Nassau fez correr cavalcada em Pernambuco, em 1641, em regozijo pela aclamação de D. João IV Rei de Portugal e disputou a argolinha, não conseguindo retirar da corda a argola de ouro e pedras semipreciosas.

Em Santa Cruz, a participação de Alberto da Paz foi sempre o ponto alto desta disputa. Difícil o ano em que não saía com a argolinha na ponta da lança. Ainda que fosse uma simples argola de plástico colorida.

Assim como era desde 1584, quando o padre Fernão Cardim assistiu ao torneio de argolinhas em Olinda, Pernambuco (PEREIRA, 1983, p. 17), o cavaleiro que consegue tirá-la, seja de ouro ou de plástico, a oferece a alguém que queira homenagear. A retribuição, ao tempo do Império, eram os anéis das damas inglesas ou francesas. Hoje quem a recebe retribui com um presente para o cavaleiro, como um corte de tecido, uma bela faca ou, em algumas situações, algum dinheiro. Há casos de o homenageado ter mais posses e oferecer arreios, selas e até cavalos.

A corrida das Cabeças é a nosso torneio medieval, em que soldados dos dois exércitos disputam prêmios por habilidade pessoal, tanto como cavaleiros quanto manejadores de armas.

A corrida Fogo nos Castelos acontece quando o exército cristão, ao passar pelo castelo mouro, verifica que estes já não estão montados, mas sim junto à princesa e os dois exércitos se enfrentam, atirando. Os cavaleiros cristãos descem dos cavalos e invadem o castelo mouro, e não encontrando ninguém, saem à sua procura. Encontrando-os, lutam com suas espadas até a prisão do exército mouro.

Uma vez aprisionados, vencidos e desarmados, são batizados.

Imperador Cristão: “Senhor rei, ainda duvidas do poder de Nosso Senhor Jesus Cristo?”.

Rei Assírio: “Duvido e duvidarei”.

Imperador: “Senhor rei, não vês que estás vencido, preso e desarmado e tens diante de ti o teu pior inimigo? Senhor rei, todas as criaturas racionais, devem dar singular honra e louvor àquele que te deu seu conhecimento e vida, e é justa causa que se dê honra e reverência ao que fez o céu, a terra, e todas coisas criadas, e caem em grande simplicidade os que põem tuas esperanças nas coisas que eles fazem da matéria insensível com as próprias mãos. Assim sendo, rogo-o, que para salvação de tua alma, queira deixar teus enganosos deuses e ídolos e crer na Santíssima Trindade: Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, três pessoas distintas em um só Deus verdadeiro, e que receba o Santo Batismo. Assim como tem feito outros reis. Se isto fizeres, além de salvar tua alma, livrarás também o teu corpo de uma cruel morte, pois de ti não terei piedade alguma. Por isto batizes, isto fazendo, não perderá tuas terras e fazendas, me terás por amigo, com todo

meu exército cristão, para ajudar a defender-te de teus inimigos e te farei coroar rei da metade do meu vasto império”.

Rei: “Imperador, não me peças nada e nem me rogues, pois de maneira alguma me batizarei, prefiro a dura morte e com ela acabar do que negar a lei de Mafoma e abraçar a lei de teu Cristo”.

Imperador: “Se tu não fosses bárbaro como és, não duvidavas da lei de Cristo”.

Rei: “Mesmo sendo bárbaro como sou não deixo de acreditar na lei de teu Cristo”.

Imperador: “Muito bem, senhor rei. Muito estimo que creais na lei de Cristo e com teus soldados ajoelhem e recebam o santo batismo”.

Rei: “Batismo? Isso nunca; nunca me batizarei, já disse prefiro a dura morte e com ela me acabar”.

Imperador: “Soldados de minha guarda, pega todos esses turcos e leve para o campo de batalha, lá estando ata cada um em quatro brutos corcéis e cada cavaleiro cavalga para teu lado”.

Ao dar esta ordem a seus comandados, tanto o imperador como seus soldados avançam sobre os mouros colocando suas espadas nos pescoços dos inimigos. Neste instante é interrompido pelo rei mouro.

Rei: “Para lá cristão, torna debalde este teu mandato. Por causa de um só homem, perder tantas vidas? Não acredito que manda isto a lei de teu Cristo, pois a verdadeira crença não há de ser por força, senão de coroação, assim sendo não tema que eu aceite aquilo que não quero”.

Imperador: “Bárbaro, expirou-se o prazo, e com ele a minha paciência, ou batiza ou morre. O teu corpo será arrastado neste campo por um bruto corcel, depois queimado junto com teus soldados desprezando assim toda a sua soberania, para exemplo de todo Egito. Teus soldados serão escravos dos cristãos.”

Rei: “Imperador, deixe-me refletir. Não seja por minha causa que meu reino desapareça, não seja por minha causa que meus soldados sejam escravos. Oh, Mafoma ingrato, quanto perdi em acreditar em ti. Estou vencido, preso, desarmado e humilhado, diante do meu maior inimigo. Oh, céu, sol, lua, estrela, terra e mar, mais neste momento nada me valem. Ontem eu era rei e senhor, hoje um escravo. Ontem vencedor, hoje vencido. E tu, Mafoma onde estás que não me socorres? Mafoma ingrato, não creio mais

em ti. Meus soldados, muito vos agradeço o tempo em que perdeste em me acompanhar nas duras batalhas e lutas. Agora para cessar o derramamento de sangue, acabar dores e lutos, vos peço, para junto comigo ajoelharmos e recebermos o Santo Batismo, cremos e professarmos a verdadeira lei do Nosso Senhor Jesus Cristo. Perdão Senhor”.

A cerimônia do batismo é realizada pelo pároco da cidade, com os paramentos que usa nas cerimônias de batismo da igreja e com água benta.

Todo exército mouro se ajoelha, tendo ao lado a esposa, mãe, namorada, filha ou amiga, com a mão direita apoiada em seu ombro. O padre batiza um por um com o ritual do batismo e água benta. É um momento de muita emoção e tanto choram mouros vencidos como cristãos vencedores.

Após o batismo, os soldados cristãos devolvem as espadas dos mouros a suas respectivas madrinhas, que as devolvem a seus afilhados.

Os cavaleiros, agora todos cristãos, se confraternizam com abraços, agradecimentos e lágrimas, prometendo estar juntos no ano seguinte para outra Cavahada.

O encerramento da Cavahada é com flores e acenos de lenços.

Após a corrida da argolinha, cada cavaleiro cristão sai do seu castelo, passa em frente ao castelo mouro e, acompanhado por um cavaleiro mouro, ambos com flores nas mãos, dão a volta no campo, jogando as flores para a platéia.

A despedida é a corrida de lenços, geralmente brancos, e cavaleiros e princesa se despedem do público acenando o lenço.

Saindo do campo, todos os cavaleiros acompanham a princesa até sua residência.

O último ato dos cavaleiros mouros e cristãos da Cavahada foi incorporado a partir do momento em que Alberto da Paz, quase cego, não tinha mais condições de correr. Juntos, em fila onde se alternam cristão-mouro, cristão-mouro, vão todos até a porta da casa de seu Alberto da Paz, que reconhece a aproximação dos antigos companheiros pelo som das centenas de guizos que enfeitam os cavalos. Sai de casa com uma garrafa de uísque e de pé, na calçada, ouve as saudações que lhe fazem Iêdo Ranulfo Lobo, o rei Assírio e Anderson Serradourada, o Imperador Cristão que o substituiu. Após emocionados discursos e agradecimentos, oferece a bebida. Antes de partir, o grupo descarrega os revólveres com as últimas balas de festim que restaram e dando vivas ao Albertão e ao Divino Espírito Santo, vão descansar até o momento da procissão que encerra a festa.

Só não descansam os cavalos. Aliás, é dura a profissão de cavalo de Cavalhada. Enquanto seus donos descansam, os animais passeiam, ajazados, com as moças mais bonitas e as crianças, filhas, sobrinhas ou afilhadas dos cavaleiros.

Uma procissão com os andores de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e do Divino Espírito termina na igreja, seguida de uma missa, marcando o final da Festa do Divino Espírito Santo.

Como são os cavaleiros da Cavalhada, mouros e cristãos, que conduzem nos ombros o andor que leva a imagem do Divino Espírito Santo, e dentro da igreja fazem sua guarda de honra, essa missa é conhecida como “Missa dos Cavaleiros”.

Esta última participação dos cavaleiros é também um momento de despedidas solenes e muitas lágrimas de todos, e também para a pesquisadora, que nunca tem certeza de que poderá voltar no ano seguinte.

JOGO DE TRUCO

Da mesma forma que Alberto da Paz é importante para a Cavahada, é importante na sua comunidade como jogador de truco. O jogo de truco é parte da vida santacruzana.

Para Câmara Cascudo, “a expressão popular (JOGO) compreende apenas o jogo de cartas, de gamão, bilhar, xadrez, etc. ... Foi o divertimento colonial da sociedade em todas as classes”. (1954, p. 484)

Em Santa Cruz de Goiás o jogo de cartas ou de baralho é motivo para rodas de bar, reuniões sociais e viagens para campeonatos estaduais. O jogo de baralho é herança ibérica.

jogo de baralho: O século XVI foi época de jogo intenso em Portugal... O mesmo ocorria por toda a América espanhola. Os jogos de naipes, que chamamos hoje cartas, foram soberanas distrações, que se tornaram custosas e raras de abandono. ... Esses jogos de baralho, tiveram importância na vida social brasileira, em mais de quatrocentos anos e distraiu e distrai brasileiros, no tempo e no espaço. (1954, p. 485)

Cascudo explica, sobre o Truque:

Jogo entre quatro parceiros, cada um dos quais dispõe de três cartas. É este o mais popular dos jogos de cartas, no interior de São Paulo e de quase todo o Brasil.... O jogo nos veio de Portugal, onde tem os mesmos nomes, Truco, Truque. (1954, pág. 881)

Bariani Ortêncio faz referência ao Truco como jogo de truque. (1983, p. 442)

A assertiva de Cascudo de que o jogo de truco distraiu e distrai brasileiros se aplica muito bem a todo o Estado de Goiás, particularmente a Santa Cruz, onde existe, inclusive, um clube de truco, o Ás de Ouro. A edificação que o abriga foi construída pela Prefeitura Municipal e está localizada atrás da Casa de Câmara e Cadeia, por coincidência em frente à casa de Alberto da Paz. E o nome do clube coincide com o nome artístico que seu Alberto usava quando cantava. Qualquer semelhança não terá sido mera coincidência (Vide Anexos figura 5).

A trajetória do clube é contada por seu atual presidente, Erotildes Antonio de Bastos, em entrevista em 15 de outubro de 2003. "O clube de truco não surgiu por acaso. A turma de aposentados, sem muito o que fazer, se reunia para jogar quase todos os dias na casa do amigo Alberto da Paz. Jogava também na porta da Rodoviária, mas no tempo de

chuva era um problema, porque não podia jogar. O padre, também truqueiro, ofereceu o pátio da igreja, jogamos muito tempo na porta da igreja, mas não era o local ideal. A idéia surgiu numa conversa entre amigos, na casa do Albertão, já que todos na cidade gostam muito do jogo. Decidimos criar então um clube. Em março de 98 se reuniram, convidaram os companheiros, o Sindicato Rural ofereceu a sala e foi provisoriamente formada uma diretoria. Era preciso encontrar uma sede. O prefeito da época, César Serradourada, ofereceu um espaço e o clube passou a ter sua sede”.

Erotildes Antonio de Bastos, nascido em Pirenópolis, criado em Goiânia e, aposentado, morador de Santa Cruz há onze anos, optou por viver ali justo em função do jogo de truco. Justifica sua opção colocando a responsabilidade na água da biquinha, quando perdeu-se de amores pela cidade.¹⁵

Mas esta sede com que contam hoje os jogadores é recente. Antes de um local oficial para a reunião, qualquer lugar era lugar para uma mesa de truco.

O jogo fez e faz parte do quesito diversão na cidade e motivo é que não falta para uma rodada de truco. A mesa de truco pode ser na sala, no quintal, na porta da rodoviária. Há, inclusive, uma mesa na porta do bar da rodoviária onde sempre há uma dupla pronta para aceitar o desafio para uma partida.

Pode ser a diversão nas horas vazias das tardes intermináveis dos aposentados, dos desocupados, dos desempregados. Pode ser a confraternização familiar em alguma data especial; batizado, casamento, aniversário, até velório, para ajudar a passar o tempo, principalmente se o defunto é velado durante a noite. Nas festas como a do Divino, quando amigos e parentes vêm de outras cidades para participar ou assistir os festejos; quando os filhos que estudam na capital voltam para passar o fim de semana na casa paterna.

Existe um ritual em que a hierarquia deve ser obedecida ao ser formada a mesa de truco. Normalmente o jogador mais velho ou mais experiente é o que a organiza, escolhendo o seu parceiro, que deve ser um bom truqueiro. Desnecessário dizer que Alberto da Paz, em se tratando de truco, reina absoluto, tanto como o mais experiente como o mais velho. É jogo de homem. Seja menino, adolescente, homem feito, velho, peão ou patrão.

¹⁵ Há na entrada de Santa Cruz, à margem da Rodovia Estadual, uma nascente de água fresca e cristalina e os santacruzanos dizem que quem bebe da água da biquinha sempre volta à cidade.

Boas duplas recebem desafios até de jogadores de outras cidades. É realizado um campeonato estadual de Truco.

Ainda segundo Cascudo, (1954, p. 884) “faz parte da pragmática do jogo levá-lo sempre com pilhérias e bravatas, umas e outras geralmente acondicionadas em fórmulas estabelecidas. Trucar é o ato de provocar o adversário antes de uma jogada.”

Quem truca costuma gritar Truco! E quanto mais alto o grito, mais se intimida ou se encoraja o adversário. Talvez o truco só não seja indicado na casa onde se visita uma criança recém-nascida.

Por ser um jogo masculino, mulheres podem, no máximo, assistir ou servir o café e a bebida. Meninos também não são permitidos próximos aos jogadores de Truco.

Seu Alberto da Paz é um excepcional jogador, conhecido e respeitado por seus companheiros de jogo. Se é habilidoso ao criar versos para as músicas de folias, se supera nas fórmulas de jogar em uma mesa de truco. Que o digam seus parceiros, que escutam as maiores ofensas se por algum motivo não percebem os sinais indicativos da presença de boas cartas na mão ou o aviso de que vai bater.

Esta é uma linguagem especial, através de gestos quase imperceptíveis, mas que contém todas as informações sobre o jogo. Um leve toque no nariz indica a presença do zap, a maior carta do jogo. Levar a mão à orelha esquerda significa vou bater. Na orelha direita, pode bater, minhas cartas são péssimas. E por aí vai este código secreto, que é previamente combinado (e decorado) com o parceiro.

Na Festa do Divino de 1983, assisti a uma rodada de truco no quintal da casa de seu Alberto. Seu parceiro era o sobrinho Gilberto Franco Teixeira, de Goiânia, e seus adversários José Tubertino da Costa, o Nenzinho, da cidade de Bela Vista e Ladislau das Chagas, o Lauzinho, também de Goiânia. Os jogadores de fora da cidade, antigos companheiros, eram da sua idade mas o sobrinho, mais jovem.

Recolhi algumas das fórmulas empregadas por Seu Alberto, em determinados momentos do jogo. Algumas delas são usadas em outras rodas de truco, em outras cidades e até em outros estados, mas a maioria é criada por ele. Em qualquer dos dois casos, entretanto, está estabelecida a coerência, pois estão muito bem guardadas e empregadas por ele, o guardião da memória.

- Para trucar:

Oh, chão de mina
Feijão carunchado e
Arroz carolina
Casca de manga e
folha de quina
Cartucho de mause e
Bala de carabina
Lá vai eu, Josefina
É truco, menina!

Baraio, sangue de peba
Quem tem pereba cura
Com elixir de jurubeba
Se tu é meu, num me nega
Fi' d'uma égua.

Truco tampa
Cavalo pampa!

Passagem de corgo é vau
Dispensa de pobre é jirau
Meio pau, cuié de mexer curau!

Truquinho, meu padrinho
Ponta de faca é espinho
Mala de saco é toicinho!

- Quando truca um jogador ruim:

Defunto quando fala
tem permissão de Nosso Senhor!

Tapera véia quando ronca
Tem 'sombração!

- Quando um jogador truca e o jogo do adversário é melhor:

Truca mesmo
Capanga de torresmo!

- Quando um jogador reclama por algum motivo:

Desculpa de aleijado é muleta torta!

À medida que seu Alberto foi perdendo a visão, os amigos lhe levavam baralhos cujos números e figuras eram bem maiores que o normal, até o ponto em que já não conseguiu sequer distinguir as cores dos naipes. O truco perdeu um grande jogador e a literatura oral, tão importante no contexto do bem imaterial como patrimônio cultural, perdeu um improvisador de fórmulas de jogar.

A FAMÍLIA

Voltando à história de vida do personagem, é muito peculiar a sua visão de família e da sua família ancestral, em particular.

“Meu avô é Francisco Teixeira da Mota e minha avó Tereza do Pilar, filha de Germano. Meu bisavô era um pretão valente que só. Ele descobriu que Tereza não era filha dele, era filha de um senhor de engenho. Meu bisavô era escravo, provavelmente foi onça que comeu, quando sumiu no mato, porque havia tentado matar o senhor de engenho lá naquelas matas de Itapaci, Pilar, Jaraguá. A minha avó, Tereza, tinha um irmão, Eusébio Marques do Pilar Neves. Ela veio menina para Santa Cruz. Foi viver em Bela Vista, com a família Marques e acabou de se criar lá. A bisavó também se chamava Teresa”.

O avô era de Santa Cruz e comprou por 5 onças de ouro a patente de Coronel. Casou-se com Teresa Marques do Pilar Neves, que ainda era escrava, porque não nasceu na Lei do Ventre Livre. Passou a se chamar Teresa Teixeira Marques do Pilar Neves.

Por parte de mãe, a avó é Francisca Joaquina da Silva Xavier, sobrinha bastarda de Tiradentes. Seu Alberto se considera descendente da 8ª geração de Tiradentes. O avô era Roberto Pereira dos Santos, natural de Santa Cruz.

“A minha avó Francisca, sobrinha de Tiradentes, nasceu em Paracatu. Minha bisavó, mãe de Francisca, se chamava Mariana. Quando mataram Tiradentes, seu tio, no veredito, foi dito que sua casa seria desmanchada, salgada, para que nada mais se construísse em seu lugar e sua família seria julgada infame até a 7ª geração”.

Sabe nomes e sobrenomes e datas de nascimento e morte. No entanto, uma simples conta matemática sobre a data da morte de Tiradentes e a sua idade atual acusa a impossibilidade de ser seu “sobrinho bastardo”, como se intitula. Interessante é que, considerando-se da 8ª geração, escapa de ser considerado infame. Esta manobra que utiliza para escapar `a pecha de "infame" não deixa de lembrar sua estratégia para a troca de cachorros com o sobrinho. (Vide Anexos Figura 7)

Ao referir-se ao avô, que era escravo, portanto, negro, explica que na verdade o avô era um senhor de engenho. Ao que me consta, Goiás não era um estado pródigo em engenhos.

Seu pai foi Alcebíades Teixeira da Mota (22/11/1852 – 22/08/1922) e sua mãe, Angélica Teixeira dos Santos (14/02/1890 – 24/12/1925), ambos nascidos em Santa Cruz de Goiás.

Sua história familiar, desde a bisavó até a sua experiência pessoal, pode ser discutida em William J. Goode (1970, p. 41) quando este se refere às normas de legitimidade. “Assim, legitimidade – e, portanto, ilegitimidade – é uma característica fundamental da família humana, não compartilhada por nenhum outro grupo animal, e é um conceito-chave para a compreensão do comportamento da família”.

Seu pai, Alcebíades Teixeira da Mota, amasiou-se em 1898 com Irías Úrsula de Moraes e em novembro de 1900 casou-se com ela. Em 1904 ficou viúvo e em 1907 casou-se com Angélica. Do primeiro matrimônio do pai não tem irmãos.

Do segundo casamento a irmandade é composta por 7 irmãos: Francisco, Benigno, Auristela, Benedito, Adolpho Sindulpho – este foi Juiz de Direito e Desembargador (pai de Aécio - advogado, Gilberto – advogado aposentado e parceiro de truco, Paulo Afonso – morreu moço e Vilma Heloisa - administradora, “todos eles formados”) Alberto e Alcebíades. O último dos irmãos morreu em novembro de 2002, com 90 anos (Auristela).

Alberto da Paz nasceu no dia de Nossa Senhora da Paz, 24 de janeiro de 1920. Daí seu sobrenome Paz, ainda que toda a irmandade seja Teixeira da Mota. Tem agora 84 anos. - E gosto de cantar e dançar que você precisa de ver -.

Após a morte do pai, a família perdeu todos os bens, enganada por pessoas que se diziam amigas. Perdeu a boiada, o carro de boi com a boiada carreira, até o cavalo que era do pai correr cavahada, a espada e a cutuca (espécie de arreio, menor).

Após a morte da mãe, em 1925, foi viver com o padrinho de crisma, que o tirou da escola de Heliodoro Pinto, “Seu” Mestre. Estava com 6 anos de idade. Aos 7 anos, aprendeu a lidar com o gado e aos 8 anos apartava vacas sozinho. Em 1935 fugiu da companhia deste padrinho, Francisco Leopoldo de Moraes, que era “filho bastardo” de Belizária, que por sua vez era filha de Irías Úrsula, primeira mulher de seu pai. Voltou andando para Santa Cruz, umas 8 léguas mais ou menos, e foi viver com o irmão Benigno, que era casado.

Foi mandado para a escola em Pires do Rio, onde trabalhou na Charqueada Maratá. Sua leitura era bem razoável, porque sempre gostou muito de ler. Quando via uma palavra

nova, perguntava ao professor o que significava. Foi assim que aprendeu o que quer dizer a palavra “prolixo: pessoa que vai contar um caso e fala demais, floreia muito”.

. “Quando a gente vai contar um caso, tem que contar bem contado, para que a pessoas saia inteirada daquilo que veio perguntar. Eu sou prolixo mesmo e com a minha prolixidade, quando conto alguma coisa, é para informar tudo mesmo”.

Em 1939 foi servir o Exército. Voltando, entrou para a Guarda Civil e fez a Academia de Polícia. Ainda que não tenha estudado formalmente, nunca deixou de ler tudo que lhe caía nas mãos. Não lê mais porque não enxerga.

O pai, Alcebíades Teixeira da Mota, foi Ouvidor, que corresponde ao Juiz de Direito de hoje, rábula e Promotor. Foi também Mestre da Banda. O pai não estudou, mas ainda assim foi nomeado Ouvidor. O Julgado funcionava na Casa de Câmara e Cadeia. Os seus debates durante os julgamentos ficaram famosos. Seu Alberto cita sempre uma frase que é atribuída ao pai e proferida em uma sustentação oral no Tribunal do Júri: “Não estudei, escrevi no chão e na folha de bananeira, mas levo Sua Excelência e seu constituinte até a porta do inferno”.

Segundo informa, o pai, Alcebíades, não era negro, mas escuro e tinha o cabelo “corrido”. Era historiador e prosador. Falava “relativamente bem” inglês, francês, alemão e espanhol, que aprendeu com os garimpeiros estrangeiros que chegaram à cidade, em troca do ensino de português. Recorda-se muito da espanhola Balbina Calzada, madrinha de sua irmã Auristela, que morreu em Santa Cruz. O pai foi um grande contador de histórias, acredita que herdou dele o interesse pela história, pelo folclore, pelas tradições.

Considera-se um homem inteligente, pois o que aprendeu e aprende, desde criança, nunca esquece. “O arquivo da memória é muito firme”.

Alberto da Paz casou-se em 8 de dezembro de 1947, em primeiras núpcias, com Maria Abadia da Silva da Paz, moça que conhecia desde menina em Santa Cruz. Separou-se por “incompatibilidade de gênios”. Com a primeira mulher teve dois filhos: Ana Amélia Teixeira da Silva – 30/10/1949. Advogada e empresária, residente em Goiânia. Alberto da Paz Júnior – 21/01/1951. Empresário, residente em Goiânia.

Ao separar-se, “fez um concubinato” com Sebastiana Inácio Mariano, em 1972, na cidade de Araçu, onde era delegado, depois de fazer um curso de delegado. Com ela teve

cinco filhos. Maria Pereira dos Santos, conhecida por “Veia”; João (policial, falecido, assassinado em Minaçu); Juarez. Muda de assunto sem dizer os nomes dos outros filhos.

“Arrumou outro concubinato” com Nália Maria Emídio, com quem tem dois filhos: o nome da primeira filha é histórico: Angélica (por causa da avó e por ser o nome da sobrinha de Carlos Magno, a princesa da Cavallhada, e é a nona Angélica da família); Rúbia (dama efetiva do Paço Municipal de Santa Cruz , ao tempo de seu avô); Teresa (por ser o nome da avó e da bisavó); de Nazaré (benzedeira e ama de leite do avô Alcebíades Teixeira da Mota); Magna (por causa de Carlos Magno); Emídio (sobrenome da mãe) e da Paz, o meu sobrenome. Ou seja, Angélica Rúbia Teresa de Nazaré Magna Emídio da Paz, nascida em 19/06/1985.

Seu último filho (nunca se sabe, em se tratando de Alberto da Paz) é Alcebíades Emídio da Paz Teixeira, nascido em 30/04/1986.

Tem um total de dezesseis filhos. Em cada cidade em que foi delegado, deixava um “por lembrança”.

Toda sociedade controla, em certa medida, a escolha do cônjuge e desaprova a reprodução fortuita ou resultante de uma relação sexual acidental. A atenção dada à ilegitimidade não significa, portanto, um juízo de valor do sociólogo, mas se impõe pela importância que esta assume em termos da forma e significado da estrutura familiar. Ou a sociedade se interessa por esta questão ou ela compromete a sua continuidade. (GOODE, 1970, p. 42)

É perceptível a desestrutura de sua descendência. Não se comunica com a maioria dos filhos, não sabe onde vivem e o que fazem.

Uma das filhas nascidas fora do casamento, desta vez com Osória Serafim, vive nos Estados Unidos, está muito rica, mas não manda dinheiro nem “para comprar um torresmo”. É nascida no interior de São Paulo, em Igarapé. Na verdade, não tem certeza do nome da cidade.

Sua relação com os filhos se limita aos do primeiro casamento. E aos filhos da atual companheira, que são ainda bem jovens.

Ao colocar na última filha o nome nobre da princesa da Cavallhada, Angélica, seu Alberto preparava-a para um dia ser a princesa do seu reino cristão. Quando a filha estava

na idade de ser escolhida como princesa, processo que o pai comandava, engravidou, engrossando as estatísticas de que este é um país campeão em adolescentes grávidas. Não pode realizar o sonho que o pai alimentou por quinze anos.

Instigada pelo orientador desta monografia, Dr. Roque Laraia, fiz a Alberto da Paz a pergunta que nos intrigava.

- O senhor se considera negro? Afinal, a sua ascendência é toda de escravos...

- Pois muito boa sua pergunta. Meu bisavô era senhor de engenho e o que era para ser meu bisavô era africano, o marido da Tereza, a mãe do meu pai. Menina, eu tenho sangue de africano. Na verdade, eu nem atinava. Menina, sua pergunta despertou minha curiosidade. Eu tenho sangue de africano e de mineiro, uai. José Joaquim da Silva Xavier era meu tio! Era tio de minha avó Francisca Joaquina da Silva Xavier. Eu estou na 8ª geração de Tiradentes. Para mim, é mais importante ser descendente de Tiradentes que de africano. Mas, nesta altura, eu tenho também sangue de africano. Se eu tenho sangue de Tiradentes, tenho também de africano. Eu sou goiano-mineiro. Dizem, mas eu não posso provar, que a última gota do sangue familiar só desaparece com trezentos anos. Eu tenho ainda sangue de Tiradentes. Mas isso não tem importância nenhuma para mim.

E emenda, mudando completamente o assunto:

- O negócio de folclorista vem do meu pai. Porque meu pai era folclorista mesmo.

E termina nosso encontro cantando, sem permitir que o assunto que o incomodava voltasse à tona. Canta, acompanhando-se ao violão:

Sempre te amando
 Desprezando as outras
 Mulher formosa
 Desde que te vi.
 Sempre chamando
 Por teu doce nome
 Desde o momento
 Que eu te conheci...

- Meu pai fazia serenata cantando essa modinha e tudo que eu aprendi foi com ele.

No final de 2003, conversando com uma pessoa influente de Santa Cruz, em uma reunião social, perguntei sobre Alcebíades Teixeira da Mota, pai de seu Alberto, pois como não o conheci, queria saber de sua vida. Indaguei sobre seu papel na comunidade, a importância que teve na cidade, porque há ali uma rua com seu nome. A resposta me surpreendeu muito, pois este informante, que preferiu não ser identificado neste trabalho, comentou que o velho Alcebíades foi uma pessoa muito inteligente.

– Imagine que foi o primeiro preto a correr Cavahada em Santa Cruz!!!

CONCLUSÃO

Ao dar início a esta dissertação, tinha claro que, apesar de circular dentro da Festa do Divino Espírito Santo e das Cavalhadas, não pretendia deter-me na análise e descrição destas manifestações e seus rituais.

Decidi enfrentar o desafio que me foi proposto pelo professor e antropólogo Roque Laraia, orientador do trabalho, e abordar um tema novo, reconhecendo e identificando uma nova categoria: a de GESTOR NATIVO. Após algumas discussões, delimitamos o que é e o que faz este personagem, sua importância e seu campo de ação. Metodologicamente, o período de créditos do Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural foi fundamental para a identificação da categoria de gestor nativo e do próprio informante/personagem da dissertação.

É ele, portanto, o portador de um conhecimento, gerado por determinada organização social e pelo consenso entre seus membros, sobre certos procedimentos que valorizam sua realidade. Esta realidade se concretiza em ritos, festas, saberes e fazeres que formam uma coletânea que pode ser reconhecida como memória, patrimônio, cultura. A categoria tem uma correspondência com o produtor de eventos ou produtor cultural enquanto organizador das festas de sua comunidade. É o diretor de um espetáculo. É o autor dos textos encenados mesmo não sendo o ator principal. Além destas características pontuadas, deve ter a capacidade de administrar e o carisma necessário para ser respeitado e obedecido. Além de saber analisar a memória, reconhecendo quando deve introduzir ou retirar elementos dos rituais. Na verdade, estes requisitos distinguem sua categoria.

Ainda que seu reconhecimento oficial seja recente, a atividade do gestor nativo já merece a atenção da UNESCO, que criou uma premiação especial para a preservação do patrimônio oral e imaterial, admitindo que "*leur nature éphémère les rend particulièrement vulnérables*".

Este patrimônio é, em última instância, a matéria prima com a qual lida o gestor nativo.¹⁶

¹⁶ ... le patrimoine culturel comprend aussi le patrimoine immatériel qui peut être défini comme l'ensemble des expressions culturelles et sociales qui, héritées de leurs traditions, caractérisent les communautés. Ces formes de patrimoine immatériel, transmises par la parole et par l'exemple de

Os objetivos da UNESCO, ao propor esta Proclamação, pretendem valorizar o patrimônio oral e material e a necessidade de salvaguardá-lo, além de estimular pessoas, grupos, instituições e organizações a preservar este patrimônio.¹⁷

Mas não só em nível internacional o gestor nativo está sendo reconhecido.

No Brasil, o IPHAN instituiu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1987, em reconhecimento a ações de proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro, assim denominado em homenagem ao fundador da instituição. É oferecido anualmente a empresas, instituições e pessoas de todo o país.¹⁸

Esta premiação é dividida em 6 categorias: Apoio Institucional e Financeiro; Divulgação; Educação Patrimonial; Inventário de Acervos e Pesquisas; Preservação do Patrimônio Cultural e Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico.

génération en génération, sont soumises à un processus de recréation collective. Leur nature éphémère les rend particulièrement vulnérables. Afin de sauvegarder, de transmettre et de revitaliser ce patrimoine culturel immatériel, composante essentielle des trésors culturels humains et de la préservation de la diversité culturelle, l'UNESCO a créé une nouvelle distinction internationale, la "Proclamation des chefs-d'œuvre du patrimoine oral et immatériel de l'humanité". Lors de sa 155e session (octobre-novembre 1998), le Conseil exécutif de l'UNESCO a invité le Directeur général à mettre en œuvre ce nouveau programme et à obtenir des ressources extrabudgétaires, pour la création de prix, et pour soutenir les actions de sauvegarde, de protection et de revitalisation des espaces culturels ou formes d'expressions culturelles, inscrits sur la liste du patrimoine oral et immatériel de l'humanité.
http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.phpURL_ID=2226&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

¹⁷ - Sensibiliser l'opinion et la mobiliser en faveur de la reconnaissance de la valeur du patrimoine oral et immatériel et de la nécessité de le sauvegarder et revitaliser ;

- Évaluer et faire l'état des lieux du patrimoine oral et immatériel dans le monde;
- Encourager les pays à établir des inventaires nationaux du patrimoine oral et immatériel et à prendre des mesures légales et administratives pour le protéger;
- Promouvoir la participation des artistes traditionnels et créateurs locaux à l'identification et au renouveau du patrimoine immatériel. La Proclamation encourage les gouvernements, les organisations non gouvernementales (ONG) et les communautés locales à identifier, sauvegarder, revitaliser et promouvoir leur patrimoine oral et immatériel. Elle vise aussi à inciter les individus, groupes, institutions et organisations à contribuer à la gestion, préservation, protection et promotion de ce patrimoine.

http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.phpURL_ID=2226&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

¹⁸ 1.1. O “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade”, de caráter nacional, é oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, em reconhecimento a ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro que, em razão da sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, façam-se dignas de registro, divulgação e reconhecimento público.

<http://www.iphan.gov.br/proprog/premio.htm>

No ano de 2001 algumas ações e instituições do Estado de Goiás foram premiadas pelo IPHAN, entre outros o Projeto Viva e Reviva Goiás, da cidade de Goiás, na categoria Educação Patrimonial. O referido projeto atingiu 7.971 alunos e 382 professores de escolas municipais, estaduais e particulares com a sensibilização da comunidade local para a revitalização do patrimônio cultural. Na categoria Inventário de Acervos e Pesquisas, o IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - da Universidade Católica de Goiás recebeu o prêmio pela qualidade e caráter científico de seu Acervo Audiovisual, composto de registros sonoros e 100 mil imagens de 61 sociedades indígenas brasileiras.

No entanto, o reconhecimento que veio corroborar o que identifiquei como gestor nativo, foi na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico, com a premiação do senhor Binômimo da Costa Lima, de Jataí. "Exemplo de vida e trabalho dedicados ao estudo e preservação do Bioma Cerrado e iniciativa pessoal de apoio a universidades e instituições na divulgação da importância do patrimônio natural e arqueológico brasileiro", conforme o próprio site do IPHAN.

Há mais de 20 anos sou observadora participante da festa do Divino da cidade de Santa Cruz de Goiás. Pretendia desenvolver ali uma pesquisa, até para compara-la com as festas do Divino das cidades de Goiás e Pirenópolis, que conheço bem e tenho publicação a respeito.

A observação da cidade, entretanto, me fez perceber que havia mais que uma festa e seus folguedos para ser descrita. Mais importante que a festa era seu ritual, mas, mais importante que seus rituais eram as relações sociais, responsáveis não só pela manutenção da festividade religiosa, mas principalmente pela organização social de um grupo e suas relações simbólicas, complexas e simples ao mesmo tempo. Assim se estabeleceu a minha ligação com a cidade e seus habitantes que, não nego, tem um forte componente afetivo.

A vivência da Festa do Divino Espírito Santo em Santa Cruz de Goiás me permitiu identificar o personagem que ali representa o GESTOR NATIVO. Assim, passei a centrar minha atenção na figura de Alberto da Paz.

É evidente que existem outras pessoas da cidade que participam das atividades culturais, mas sem seu envolvimento e dedicação. Até porque não vivem na cidade como ele e passam ali parte da semana ou eventualmente, somente os fins de semana.

O fato de ter uma idade avançada e sérios problemas de saúde não o afastaram e não o afastam das suas “responsabilidades”, como ele assim as considera.

A razão ele mesmo explica:

-É porque não tem quem me substitui. Foi só eu largar a cavalhada para ver a anarquia que virou: é cavaleiro correndo sem guizo, correndo sem polaina, cavalo correndo de atravessado, os cavaleiros não têm mais aquela elegância.

- E por que?

- O motivo é porque esses cavaleiros não sabem andar a cavalo. Eu era cavaleiro. Isto eu digo de peito aberto: cavaleiro como eu, pode ser que daqui a 50 anos saia um, pode ser...

Alberto da Paz tem a noção crítica do que o rodeia. Com muita propriedade, justifica o fato de não mais existirem cavaleiros como ele:

- Porque cavaleiro, hoje em dia, quando vê um boi no pasto, ele tem que ir ver de caminhonete, não sabe mais andar a cavalo. Ele vai acolá tocar os bois, mas vai de carro.

Sobre sua sucessão, alguém que possa vir a ocupar seu lugar e dar continuidade a seu trabalho de gestor, que nem ele, na sua modéstia, consegue ver em toda a extensão da importância que tem, diz:

- Só tem um cavaleiro aqui, o Andinho. Anderson Carneiro Serradourada. É muito jovem, tem 23 anos. Quando ele começou a correr, tinha uns 8 anos. A espora dele não alcançava a palheta, que é a costela do cavalo. Ele batia no animal com o cabo do cabresto. Com 4 anos ele entrava no campo, acompanhando os cavaleiros e ficava no castelo, fazendo a guarda da princesa. Depois de uns anos começou a correr. Nós tínhamos o maior cuidado com ele. Aquele era o cavaleirinho da minha guarda, da minha confiança. Toda vida o Andinho correu de cristão. Ele dizia: serei rei e serei o segundo Alberto. Até a lança eu que fui nesses matos aí e cortei pra ele, até a lança ele já brigou por causa dela. Não deixava ninguém por a mão. O aceno com a mão, é a mesma coisa de me ver. O Andinho me substituiu de corpo e alma. Na verdade, ele substituiu Carlos Magno. Eu substituí Carlos Magno e ele me substituiu. Um dia, ele foi marcar uma quadrilha aqui e a mãe dele, a Alzirinha, saiu de lá de casa chorando: - Gente, mas como é que pode? É ver o Albertão!! Ele marcou a quadrilha que era preciso ver. E brabo! Brabo do meu jeito! Cavaleiro com ele não brinca, não. Eu considero o Andinho o meu herdeiro.

Na última festa do Divino realizada em Santa Cruz de Goiás, em maio/junho de 2004, presenciei mais uma vez um fato que só veio a comprovar a importância que identifiquei em Alberto da Paz como o gestor nativo da cidade. Ao saber que no próximo ano será trocado o cavaleiro que corre como o Imperador Assírio, rei dos mouros, um dos pretensos candidatos a ocupar este cargo foi à casa de seu Alberto e lhe disse, textualmente:

- Albertão, depois quero vir aqui para você me ensinar a correr do jeito antigo e me mostrar como devem ser os enfeites dos cavalos, porque não gosto daquele chumaço de pena na testa deles, novidade imitada da Cavallhada de Pirenópolis.

No que ele comentou, dirigindo-se à pesquisadora que estava a seu lado:

- Não sei o que eles fariam sem mim....

Este personagem, o objeto desta dissertação, é o homem interiorano, brasileiro, goiano. Que representa um mundo e uma geração que não é mais encontrada, pelo menos com a frequência que seria ideal.

Como ele mesmo se define, é de um tempo em que a palavra de um homem tinha valia; esta palavra, uma vez empenhada, era honrada e respeitada; de uma época em que as danças de salão podiam ser apreciadas por qualquer senhora sem que esta se envergonhasse e que as músicas “não começavam na cintura e terminavam no joelho”.

Traz também o *modus vivendi* de uma cidade pequena, com suas simpatias e idiossincrasias.

Se nativos são atores, que sabem representar bem os seus papéis sociais e culturais, não necessariamente sabem explicar o que fazem. Apenas alguns são capazes de pensar sobre a sua própria sociedade, buscar o significado das coisas e tentar explicá-las. Apenas alguns mantêm viva a memória de seu patrimônio, preocupando-se em preservá-lo.

É o caso de seu Alberto, o portador da memória “dos antigos”, como ele mesmo se refere ao seu saber, não dirigido, não erudito, aprendido, herdado, comprovado, incorporado.

Se a parca bibliografia sobre a categoria do gestor nativo não permitiu uma discussão mais ampla e comparativa, foi através da história oral, que tem influenciado nas disciplinas universitárias e atuado na conduta de museus e arquivos do mundo inteiro, que o trabalho se desenvolveu.

Para muitas pesquisas sociais, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação.

Ao terminar esta dissertação, acredito haver alcançado o objetivo a que me propus, centrado no estudo de uma categoria e contribuído para estender a discussão sobre a gestão do patrimônio cultural, que é motivo deste Mestrado.

Espero haver demonstrado a presença e importância da categoria “gestor nativo”, numa leitura antropológica moderna, que aborda o patrimônio cultural imaterial com um personagem que luta para que sua identidade não se perca – o guardião da memória que confere identidade a um povo.

- Eu só tenho mesmo meu patrimônio cultural, porque outro patrimônio não tenho, como bem diz Alberto da Paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEPEL entrega projeto do Centro Cultural Niemeyer. Goiânia, 29 de abril de 2004. Disponível em: [http:// <www.diariocarioca.com.br/0104/rel/011agep.htm>](http://www.diariocarioca.com.br/0104/rel/011agep.htm). Acesso em: 29/30 abril 2004.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás - 1863*. Brasília, Ipiranga, 1979.

ALVES, Joaquim Rodrigues. *Cavalcadas de Santa Cruz de Goiás*. Santa Cruz de Goiás, Prefeitura de Santa Cruz de Goiás, 2001.

_____. *Santa Cruz de Goiás – Sinopse Histórica*. Santa Cruz de Goiás, Prefeitura de Santa Cruz de Goiás, 1983.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel. 1989.

BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 1975

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, Vértice, 1954.

Cavalcódromo deve ficar pronto até o final do ano. Goiânia, 29 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.noticias.goias.gov.br/index>>. Acesso em: 29/30 abril 2004.

Cavalcódromo. Goiânia, 29 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.pirenopolis.tur.br/pagina/noticia.php>>. Acesso em: 30 abril 2004.

CHAUL, Nars Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia, Kelps, 1998.

Garantido e Caprichoso. Goiânia, 29 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.amazonia.com.br/folclore/danca3.asp>>. Acesso em: 29 abril 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. *O espírito e a matéria: patrimônio enquanto categoria de pensamento*. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2002 – texto não revisado.

GOODE, William J. *A Família*. (tradução de Antônio Augusto Arantes Neto) São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. (tradução de Laurent Leon Schaffter) São Paulo, Vértice, 1990.

HERRMANN, Lucila. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos*. Revista de Administração, ano II, nº 5-6, março/junho. 1948.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Aurélio - O Dicionário da Língua Portuguesa – Século XXI*. CD. Versão 3.0, Editora Nova Fronteira.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.phpURL_ID=2226&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

<http://www.iphan.gov.br/proprog/premio.htm> 24 de junho de 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.

JARDIM, Mara Publio de Souza Veiga. *Aspectos Folclóricos da Semana Santa em Macatuba*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1977.

LIMA, Rossini Tavares de & ANDRADE, Julieta de. *Escola de Folclore*. 2. Ed. São Paulo, Escola de Folclore, 1983.

LACERDA, Regina. *Papa-Ceia*. Goiânia, Oriente. 1968.

LARAIA, Roque de Barros. *Patrimônio Nacional e Cultura Brasileira*. Aula inaugural do Curso de Mestrado em gestão do Patrimônio Cultural. UCG/IGPA. Goiânia, 2001.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? Questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/ Fundação Roberto Marinho 1997.

Mahoma (572 D.C. – 632 D.C.) Goiânia, 29 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.liderazgoyamercadeo.com/bio/mahoma.asp>>. Acesso em: 29/30 abril 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

_____. *A retórica da perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1996.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central – Subsídios à Filologia*. São Paulo, Ática, 1983.

PALACIN, Luiz. *Goiás 1722 – 1822 Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*. Goiânia, Oriente, 1976

PEREIRA, Niomar de Souza. *Cavalcadas no Brasil*. São Paulo, Escola de Folclore, 1983.

PEREIRA, Niomar de Souza; Jardim, Mara Publio de Souza Veiga. *Uma Festa Religiosa Brasileira – Festa do Divino em Goiás e Pirenópolis*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O que faz o Brasil, Brazil - Jogos identitários em São Francisco*. Brasília, Vértice, 2000.

RODRIGUES, Marly. *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In: *Turismo e Patrimônio Cultural / organização Pedro Paulo Funari, Jaime Pinsky*. São Paulo, Contexto, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. Vol I, São Paulo, Ed. Nacional, 1973.

SIQUEIRA, Jacy. *O fundador de Santa Cruz*. Goiânia, 1993. Publicação inédita.

WAGNER, Roy. *Invention of Culture*. University of Chicago Press. 1981. (Tradução do capítulo de Maria Lúcia Felix Bufaiçal - 2002)